

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA PAULA THOMAZ PINA

**O ativismo evangélico conservador na Comissão de Direitos Humanos e
Minorias da Câmara dos Deputados (2013): trânsitos e conexões entre
sociedade civil e sociedade política**

Maringá
2021

ANA PAULA THOMAZ PINA

O ativismo evangélico conservador na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (2013): trânsitos e conexões entre sociedade civil e sociedade política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Almeida.

Maringá
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

P645a

Pina, Ana Paula Thomaz

O ativismo evangélico conservador na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (2013) : trânsitos e conexões entre sociedade civil e sociedade política / Ana Paula Thomaz Pina. -- Maringá, PR, 2021.

98 f.: il. color., figs.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

1. Feliciano, Marco, 1972-. Pastor - Deputado Federal - Projeto conservador. 2. Sociedade Civil. 3. Sociedade política. 4. Ativismo evangélico conservador. 5. Direitos humanos. I. Almeida, Carla Cecília Rodrigues, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 322.1

ANA PAULA THOMAZ PINA

O ativismo evangélico conservador na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (2013): trânsitos e conexões entre sociedade civil e sociedade política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof^a. Dr^a. Carla Cecília Rodrigues Almeida
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Presidente



Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. Felipe Fontana
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof^a. Dr^a. Carla Gandini Giani Martelli
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Aprovada em 19 de agosto de 2021

Realizada por videoconferência conforme Resolução nº 026/2020 – PGC.

*Dedico este trabalho a pessoa que sempre sonhou e caminhou junto
comigo: Meu irmão Leonardo Thomaz Pina;
E, também, aos meus pais Newton e Marli, que, como todo amor,
impulsionam seus filhos a sonharem e realizarem!
Vocês são meu orgulho!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família: meus pais Newton Pina e Marli Thomaz Pina, pois estes sempre apostaram nas minhas decisões em todos os momentos da minha vida, enquanto fiz parte da música gospel e também quando decidi estudar os evangélicos e sua relação com a política. Ao meu irmão Leonardo que me apoiou e acreditou na qualidade deste trabalho. Eu amo vocês!

Agradeço também:

Aos meus amigos que estiveram comigo durante estes últimos anos e que comemoram junto comigo a obtenção do meu título de mestra.

Aos professores do PGC que contribuíram para a minha formação dedicando seus ricos conhecimentos nas disciplinas ministradas. Aos professores que aceitaram compor a banca julgadora deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora Carla Almeida, que com toda sabedoria e paciência me ensinou a ser uma pesquisadora. Sua dedicação tornou a construção deste trabalho mais empolgante. Agradeço pela confiança depositada em mim.

Agradeço a Jesus, que conforme o relato das escrituras sempre escolheu viver ao lado das minorias, dos pobres e dos oprimidos, lutando por justiça e por igualdade.

Tenho a hipótese de que o 1º ensaio daquilo que viria a ser o bolsonarismo aconteceu em março de 2013, quando Marco Feliciano assumiu a Presidência do Comitê de Ética e Direitos Humanos da Câmara. Foi ver umas fotos e olha quem é o papagaio de pirata!
– Wilson Gomes (@willgomes, 20 de jan de 2021, 8:58 AM, Tweet)

RESUMO

O ativismo evangélico, também representado pela Frente Parlamentar Evangélica, tem conectado a sociedade civil e a política institucional, marcando cada vez mais uma intensa participação política de religiosos na esfera pública. Em 2013, o ativismo evangélico entra em foco a partir dos acontecimentos políticos ocorridos na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, protagonizado pelo Deputado Pastor Marco Feliciano, eleito presidente da mesma. Neste momento, fica armado um cenário de interação entre determinados atores da institucionalidade e atores da sociedade civil, utilizando-se de suas respectivas bandeiras, para defender ou para se opor à atuação de Feliciano nesta Comissão. Esta pesquisa buscou compreender que papel teve a chegada e a atuação de Marco Feliciano na CDHM para o fortalecimento do projeto conservador no Brasil. A pesquisa mostrou que a presença de uma liderança evangélica na presidência daquela comissão reforçou um importante deslocamento iniciado em período anterior: o projeto conservador deixou de atuar nos bastidores para assumir o palco central das disputas nacionais.

Palavras-chave: Projeto Conservador; Estado; Sociedade civil; Ativismo Evangélico; Direitos humanos.

ABSTRACT

Evangelical activism, also represented by the Evangelical Parliamentary Front, has connected civil society and institutional politics, increasingly marking an intense political participation of religious in the public sphere. In 2013, evangelical activism gained prominence after the political events in the Human Rights and Minorities Commission (CDHM) of the House of Representatives, led by Representative Pastor Marco Feliciano, who was elected president of the same. At this moment, a scenario of interaction between certain institutional actors and civil society actors is set up, using their respective banners, to defend or to oppose Feliciano's actions in this Commission. This research sought to understand what role Marco Feliciano's arrival and performance at the CDHM played in strengthening the conservative agenda in Brazil. The research showed that the presence of an evangelical leadership in the presidency of that commission reinforced an important displacement that has begun in a previous period: the conservative project has stopped acting in the backstage to take the front-stage in national disputes.

Keywords: Conservative Project; State; Civil Society; Evangelical Activism; Human Rights

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
DEM	Democratas
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
GMUH	Gideões Missionários da Última Hora
GT	Grupo de Trabalho
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
PDT	Partido Democrático Trabalhista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido do Povo Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PV	Partido Verde
SD	Solidariedade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O ATIVISMO EVANGÉLICO PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO	18
2.1	Um histórico do crescimento	19
2.2	Preparando o terreno: as eleições de 2010	25
3	A CHEGADA DE UM CONSERVADOR EVANGÉLICO À CDHM	31
3.1	Outras conjunturas da CDHM	42
3.2	Nos entornos da bancada evangélica	45
3.2.1	Espaços de ascensão da carreira de Feliciano	45
3.3	Dos bastidores ao protagonismo: atores que ascendem com Feliciano	48
4	O ATIVISMO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	53
4.1	As Audiências Públicas da CDHM 2013	55
4.1.1	Audiência Pública realizada em 12/6/2013	56
4.1.2	Audiência Pública realizada em 25/6/2013	58
4.1.3	Audiência Pública realizada em 10/7/2013	60
4.1.4	Audiência Pública realizada em 04/12/2013	64
4.2	As audiências e o projeto de ressignificação dos direitos humanos	67
5	CONCLUSÃO	70
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
	ANEXO 1 – Regras da Câmara dos Deputados para o funcionamento das comissões	80
	ANEXO 2 – Quadro: Divisão de sociedade política e sociedade civil na CDMH 2013	83
	ANEXO 3 – Audiências públicas da CDMH em 2013, descritas no relatório anual	87
	ANEXO 4 – Grupo de Trabalho com participação da sociedade civil	93
	ANEXO 5 – Diretriz 10: Garantia da igualdade na diversidade	94
	ANEXO 6 – 47 entidades cobram governo federal sobre feliciano na comissão de direitos humanos e minorias: nota e entidades da sociedade civil	96

1 INTRODUÇÃO

O “papagaio de pirata” mencionado pelo pesquisador Wilson Gomes na epígrafe deste trabalho era o então Deputado Jair Bolsonaro (PP), atual Presidente da República, historicamente aliado da bancada evangélica, que em 2013 apareceu em fotos publicadas na mídia envolvendo acontecimentos sobre a atuação do Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), no período em que este atuou como presidente da CDHM — Comissão de Direitos Humanos e Minorias — da Câmara dos Deputados no Congresso Nacional. Podemos dizer que a hipótese que o pesquisador sugeriu traduz a principal pergunta que esse trabalho buscou responder: que papel teve a chegada e a atuação de Marco Feliciano na CDHM para o fortalecimento do projeto conservador no Brasil, que nas eleições de 2018 saiu vitorioso e chegou à Presidência da República?

Para responder a essa pergunta, este trabalho investigou o ativismo evangélico no Brasil a partir das conexões entre sociedade política e sociedade civil. Na política institucional, o ativismo evangélico tem sido representado pela Frente Parlamentar Evangélica, mais conhecida como Bancada Evangélica, que desde a constituinte vem cumprindo a função política de se conectar com a sociedade civil, marcando cada vez mais uma intensa participação política destes religiosos. Analisando os atores e as bases sociais que procuraram sustentar a gestão de Marco Feliciano na CDHM, foi possível aprofundar uma pesquisa sobre a representatividade política da Frente Parlamentar Evangélica, identificando o perfil e as ações dos personagens nela envolvida — direta ou indiretamente — e, assim, entender qual a importância das ações políticas da militância institucional e civil evangélica dentro da CDHM para o fortalecimento do conservadorismo nos anos seguintes.

Destacamos desde já que, embora nosso foco esteja no protagonismo exercido por Feliciano quando ocupou a presidência da CDHM, não se trata de personalizar o fenômeno do ativismo evangélico conservador no Brasil, que é mais amplo e vai além da atuação daquele pastor. Entretanto, mostramos nesse trabalho que em 2013 o deputado catalisou demandas e capitaneou o processo de fortalecimento do projeto conservador, sendo a face pública do ativismo evangélico naquele momento. Entender esse protagonismo é importante para compreendermos o próprio trajeto recente do projeto conservador no Brasil. Sabemos também que a discussão das relações entre religião e política é clássica nas ciências sociais, porém, nos limitados aqui ao diálogo com a bibliografia que ajuda a compreender o ativismo evangélico desde a constituinte até os acontecimentos que cercaram o ano de 2013.

Neste trabalho, o conservadorismo é analisado como um projeto político construído por atores sociais e estatais que atravessa e vincula sociedade política e sociedade civil. Tomamos aqui “projeto político” segundo o entendimento proposto por Dagnino e colaboradores: trata-se de um “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, p.38, 2006). Nesse sentido, da forma como proposta pelos autores e entendida neste trabalho, a noção de projeto político não corresponde exatamente a formulações sintetizadas de projetos partidários, mas à gama de ideias e crenças que se expressam em ações políticas e que podem possuir distintos graus de coerência. Ainda de acordo com Dagnino, Olvera e Panfichi,

A noção de projeto carrega consigo, portanto, a afirmação da política como um terreno que é também estruturado por escolhas, expressas nas ações de sujeitos, orientados por um conjunto de representações, valores, crenças e interesses (...). Assim, os projetos políticos são projetos coletivos que se caracterizam fundamentalmente pela sua dimensão societária, no sentido de que contém visões do que deve ser a vida em sociedade. (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 39-40).

O conservadorismo como projeto político será tratado neste trabalho de acordo com a definição de Biroli, como uma nova conformação de neoliberalismo, a qual “retoma a defesa da regulamentação pró-mercado dos anos 1990, acompanhada da redução de direitos sociais e investimentos públicos”, apresentando-se agora com conteúdo moral renovado (BIROLI, 2018, p. 87). De acordo com Biroli, Machado e Vaggione (2020), esse conteúdo moral é assim entendido:

Direitos e valores democráticos, assim como dimensão social e coletiva da vida, são combatidos e enfraquecidos em nome das tradições e, sobretudo, da “família” – isto é, famílias nucleares definidas por seu caráter heterossexual e pelo objetivo da reprodução. Dessa perspectiva, as famílias devem ser autônomas no modo de criar seus filhos, para além das diretrizes políticas e princípios de justiça social. E devem ser funcionais, capazes de autonomia também em termos econômicos, de suporte aos “seus”. Com isso, neoliberalismo e neoconservadorismo (ou, na perspectiva de Brown, a moralidade do neoliberalismo) promovem a responsabilidade das famílias nucleares, em detrimento de pactos coletivos e de dinâmicas distribuídas. (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, p. 186-187, 2020)

Entendemos que, no Brasil, o projeto conservador se coloca como uma resposta aos direitos conquistados nas últimas décadas por um conjunto de movimentos sociais que, na visão

dos conservadores, ameaçam desintegrar a autoridade da família tradicional a partir da regulamentação de direitos relacionados à igualdade de gênero, ao respeito à orientação sexual e à ampliação de proteções sociais. Tal como propõe Machado, Vaggione e Biroli,

A noção de conservadorismo é posicional, e a ideologia e o movimento político conservadores se desenvolvem em resposta ou resistência a situações históricas de mudanças na estrutura social e política. Ou seja, ideologia e iniciativas conservadoras tendem a aparecer quando segmentos sociais minoritários que desafiam a ordem estabelecida se fortalecem a ponto de ameaçar os fundamentos ideais e materiais das instituições. (MACHADO, VAGGIONE E BIROLI, p. 24, 2020)

Como argumentaremos ao longo do trabalho, se a chegada de Feliciano à CDHM em 2013 integrou um processo político mais amplo, desenrolado desde o período da constituinte — em que setores evangélicos conservadores buscaram construir respostas ao que perceberam como ameaça à redução do poder da família tradicional na sociedade frente à regulação de direitos —, por outro lado, a presença de uma liderança evangélica na presidência daquela comissão reforçou um importante deslocamento iniciado em 2003, quando foi criada institucionalmente a Frente Parlamentar Evangélica: o projeto conservador deixou de atuar nos bastidores para assumir o palco central das disputas nacionais.

Como dissemos, trabalhamos com uma noção ampla de projeto político, que pode ter diferentes graus de coerência. A própria ideia de um projeto conservador pode receber distintas nuances dependendo das forças políticas que a sustentam. No caso desta pesquisa, quando falamos em projeto conservador, estaremos nos referindo em específico às crenças e ideias defendidas pelos ativistas evangélicos, representados por Marco Feliciano e demais aliados da Bancada Evangélica, como o próprio então-deputado Jair Bolsonaro em 2013, ainda que “bolsonarismo” e “conservadorismo” não sejam termos precisamente correspondentes.

Para compreender o papel que a presença de Feliciano na CDHM desempenhou no fortalecimento do projeto conservador, o ângulo de análise assumido neste trabalho examina o ativismo evangélico a partir das conexões que promove entre sociedade política e sociedade civil. Esse ângulo se inspira na forma como as relações entre Estado e sociedade civil são observadas pelos estudos de movimentos sociais e Instituições Participativas (conselhos gestores, orçamentos participativos etc.). Uma das referências para esta análise é o estudo de Wagner Romão (2010) que, baseado em um conjunto de autores norte-americanos, explica a importância de se olhar as interações entre agentes da sociedade e agentes da institucionalidade, “pois prevê múltiplas possibilidades de relacionamentos entre instituições do Estado, partidos

políticos e movimentos sociais” (ROMÃO, 2010, p.72). Veremos como a eleição de Marco Feliciano para a presidência da CDHM reforçou as conexões entre os atores da institucionalidade política com a sociedade civil, animando o ativismo evangélico e fazendo reconhecer publicamente a presença do projeto conservador nas disputas centrais do cenário político brasileiro. Portanto, ainda tomando como inspiração a análise de Romão (2010), analisaremos o projeto conservador a partir do trânsito que promove entre sociedade política e sociedade civil:

Trata-se de perceber tais atores com suas fronteiras diluídas, ou seja, colocar no centro da análise as forças sócio políticas que os transpassam. Embora sejam essas instituições portadoras de especificidades próprias que as distinguem uma das outras, trata-se de propor uma concepção que possa ver “o jogo político” de maneira mais contínua, em que se guarde menos relação com as instituições em si e dê mais destaque às relações de poder e às disputas legítimas de interesse que permeiam a sociedade e as arenas políticas. (ROMÃO, 2010, p.75)

A chegada de evangélicos à CDHM e toda a polêmica que se desenrolou em torno desse acontecimento fomentou o ativismo evangélico na sociedade brasileira. Em paralelo, na presidência da CDHM, o Deputado Pastor Feliciano fez reconhecer institucionalmente as lideranças evangélicas como interlocutoras na discussão dos direitos humanos em chave conservadora. Promovidas e reconhecidas institucionalmente, tais lideranças, muitas vezes situadas na fronteira entre sociedade civil e sociedade política, ganharam visibilidade como porta-vozes do projeto conservador, fortalecendo-o nas disputas políticas.

Trabalhamos aqui com os conceitos de “sociedade civil” e “sociedade política” tal como propõem Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), os quais apontam que:

a sociedade civil é composta por uma grande heterogeneidade de atores civis (incluindo atores conservadores), com formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas, fóruns), e uma grande pluralidade de práticas e projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis e pouco democratizantes. (Ibid, p. 22-23)

Nesta pesquisa, os atores da sociedade civil que interessam são organizações e lideranças evangélicas que deram sustentação à chegada e à atuação de Feliciano na CDHM, e que são as bases sociais do projeto conservador evangélico na sociedade brasileira. Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) também conceituam sociedade política ou Estado:

[...] quando falamos de sociedade política, incluímos não apenas os aparatos de governo e sua estrutura institucional e legal, mas também

os partidos no governo, os partidos no parlamento e nos governos locais e regionais. (Ibid, p. 35-36)

No caso desta pesquisa, os representantes do Estado ou da sociedade política que interessam são os deputados e outros agentes estatais que compõem ou são aliados da bancada evangélica, principalmente aqueles que atuaram na CDHM em 2013.

Fontes de pesquisa e organização do trabalho

A base empírica dessa pesquisa tem como fonte a análise documental, a qual é eficiente para que haja o afastamento de pré-noções e das representações criadas pelo pesquisador. De acordo com Lenoir (1996), para o desenvolvimento de uma pesquisa científica, é necessário afastar-se das pré-noções:

A primeira dificuldade encontrada pelo sociólogo deve-se ao fato de estar diante das representações preestabelecidas de seu objeto de estudo que induzem a maneira de aprendê-lo e, por isso mesmo, defini-lo e concebê-lo. O ponto de partida de qualquer pesquisa é constituído por representações (...) Entre essas representações, a que aparece sob a forma de um ‘problema social’ constitui, talvez, um dos obstáculos mais difíceis de ser superado. (LENOIR, 1996, p.61-62)

Temos que lembrar que o ano de 2013 foi incendiado por lutas políticas, marcado pelas Jornadas de Junho, onde também os manifestantes mencionaram a figura do Pastor Marco Feliciano. Além dessa efervescência nas ruas, dentro do parlamento houve diversos acontecimentos mais detalhados a respeito da gestão de Marco Feliciano na CDHM da Câmara. São esses acontecimentos que dão protagonismo a Marco Feliciano e outros personagens que passam a ganhar visibilidade pública como porta-vozes do projeto conservador. Diversos noticiários e redes sociais, nesse período, dão cena a determinados atores engajados nessa luta política, sejam eles contra ou a favor de Feliciano. Conseqüentemente, é nesse momento que o grande embate de ideologias morais dentro da democracia representativa ganha cena no Brasil contemporâneo. A chegada do pastor Marco Feliciano à CDHM, em 2013, insere-se na trajetória de crescimento da presença evangélica na política institucional, que conta com fortes bases de apoio na sociedade civil, ainda pouco exploradas pela bibliografia e ainda menos exploradas pela bibliografia da ciência política. Mas, ao mesmo tempo, há documentos significativos e notáveis nesse contexto que merecem uma análise detalhada — uma “garimpagem”.

Segundo Phillips (1974: 187), conforme citado por Sá-Silva, Almeida & Guindani (2009), documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação

sobre o comportamento humano”. Portanto, os documentos presentes nos arquivos da Câmara dos Deputados servirão para descrever a atuação dos deputados evangélicos e de ativistas que se aproximaram da institucionalidade, além de documentos como jornais e revistas que noticiaram o ativismo político evangélico não somente institucional, mas também de toda sociedade civil atuante.

Uma pesquisa documental consiste em encontrar, selecionar e organizar os documentos, isto é, uma “garimpagem”, a peregrinação de arquivo em arquivo:

trata-se de um processo de garimpagem; se as categorias de análise dependem dos documentos, eles precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras, receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como num quebra-cabeça. (PIMENTEL, 2001, p. 180)

Tal “garimpagem” é possível através de pesquisa seguida da análise de relatórios, documentos disponíveis no site da Câmara dos Deputados — incluindo o relatório anual de atividades da CDHM de 2013 — e atas de todos os eventos que tenham relevância para a presente pesquisa. O percurso e as técnicas de organização dos documentos ocorrem desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise. (PIMENTEL, 2001).

Ao todo, aconteceram 23 audiências públicas na CDHM durante o período estudado, as quais resultaram em relatórios. Também estão disponíveis os relatórios das 16 reuniões deliberativas, dois seminários, duas mesas redondas, 23 grupos de trabalho e os 33 projetos apreciados nesse período. Tratam-se de arquivos públicos — mais especificamente, arquivos governamentais — que, conforme Calado & Ferreira (2004/2005), quanto a natureza dos documentos, podem ser classificados como fontes primárias: documentos produzidos dentro do momento investigado, os quais não sofreram interpretações diversas dentro da fonte.

Segundo Oliveira (2007), citado por Sá-Silva, Almeida & Guindani (2009) “a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas (...) entre outras matérias de divulgação”. Nesse sentido, dar expressão aos noticiários do período estudado é de grande importância para a execução da pesquisa que aqui se apresenta. A relação de todas as fontes virtuais pesquisadas está no final do texto, junto com as referências bibliográficas.

É importante destacar as diferenças de cada tipo de documento. Arquivo documentais são fontes primárias. Portanto, no sentido metodológico e teórico, conferem maior confiabilidade, por se tratarem de documentos governamentais, como o relatório anual e as notas taquigráficas

da CDHM. Arquivos de imprensa portam um grau menor de confiabilidade, já que os acontecimentos noticiados estão mais expostos às interpretações de quem escreve e registra a notícia. Esta pesquisa, no entanto, tem como foco a ativação de uma militância na sociedade civil, e os responsáveis por esse fenômeno são os jornais, blogs e sites. Por isso, no decorrer deste trabalho a atenção dada para os arquivos governamentais e para as fontes da imprensa serão de importância equivalentes.

No contexto desta pesquisa sobre o ativismo evangélico, não se pode desconsiderar a literatura já produzida sobre o assunto para se entender o crescimento dos evangélicos na política em 2013. Ao analisar essa bibliografia, este trabalho entende que “a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores e pesquisadoras o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo”, diferente da pesquisa documental, a qual se caracteriza pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico (SÁ-SILVA, ALMEIDA & GUINDANI, 2009). Sobre a diferença entre as duas fontes, entendemos que

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. (SÁ-SILVA, ALMEIDA & GUINDANI, 2009, p.5)

Utilizando-se de fonte documental e adotando as recomendações acima mencionadas, esse trabalho está organizado da seguinte forma: no capítulo 2, é traçado um histórico da presença institucional do ativismo evangélico pós-redemocratização, destacando em particular os momentos em que esse ativismo se desloca dos bastidores para o centro das disputas nacionais. O Capítulo 3 trata da chegada de Marco Feliciano à Câmara dos Deputados e todas as movimentações institucionais que o levaram à presidência da CDHM, destacando sua importância naquele momento para ativar as bases sociais do projeto conservador e marcar o deslocamento mencionado anteriormente. O Capítulo 4 analisa as audiências ocorridas na CDHM durante a presidência de Marco Feliciano. Institucionalmente, os atores que se apresentaram aliados a Feliciano ao longo dessa história aparecem protagonizando o espaço das audiências. Seus perfis evangélicos atrelados a suas bandeiras conservadoras se mostram no espaço institucional da CDHM durante as quatro audiências pesquisadas nesse capítulo, as quais são: audiência pública para “debater as ações, as propostas de iniciativa privada e políticas

públicas para a valorização e proteção da família”, audiência pública sobre “o problema da erotização de crianças através de imagens, de músicas nos meios de comunicações, cartilhas educativas e demais exposições”, audiência pública sobre “a violação dos direitos humanos do nascituro” e a audiência pública para “discutir o aborto”.

2 O ATIVISMO EVANGÉLICO PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

Hoje, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), criada em 2003 e popularmente conhecida como bancada evangélica, é uma das frentes mais numerosas do Congresso Nacional. A FPE constitui um grupo de parlamentares de diversos partidos¹ que, em sua maioria, desejam recuperar ideais moralistas e que se autodenominam conservadores. Em pouquíssimos casos há deputados desse grupo em partidos com perfis progressistas, mas estes não entram em evidência por não estarem de acordo com os interesses da bancada. Os deputados da bancada evangélica são ligados a diferentes igrejas protestantes, sendo elas de seguimentos tradicionais, pentecostais e neopentecostais, predominando os pentecostais² e neopentecostais³, cuja maioria são integrantes da Assembleia de Deus e, em segundo lugar, da Igreja Universal do Reino de Deus (PINHEIRO, 2017).

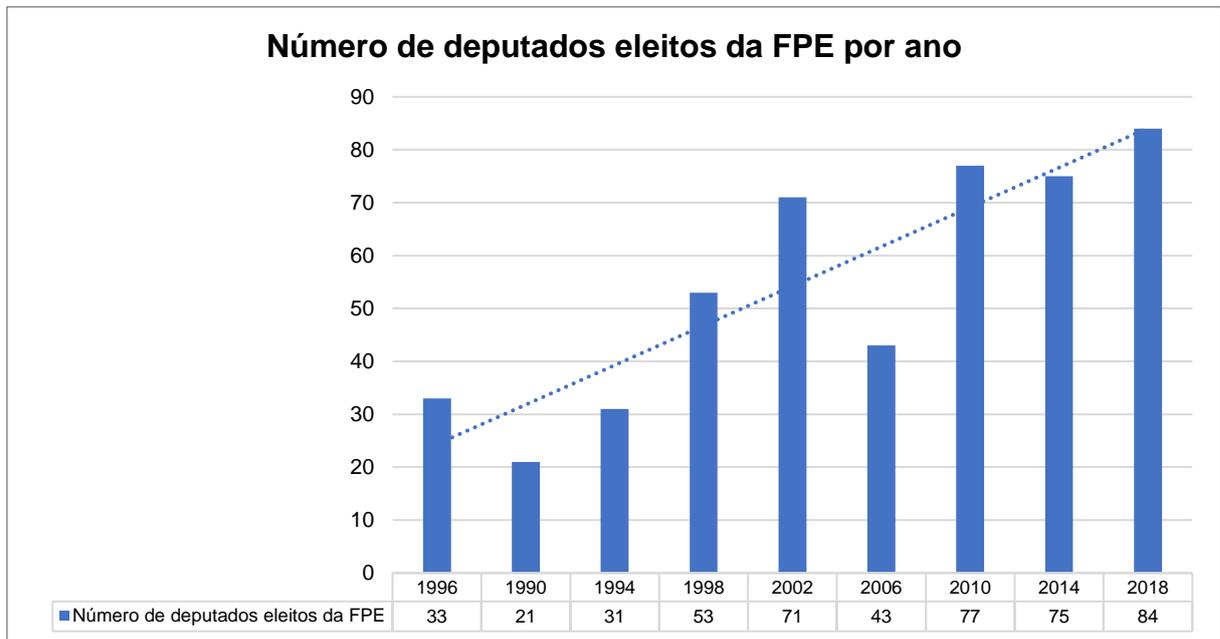
Desde o período da redemocratização, essa bancada veio aumentando sua presença no Congresso. Machado e Burity (2014) fazem uma análise da forma com que as lideranças evangélicas pentecostais e neopentecostais chegam ao Congresso Nacional: “essa tendência ascendente resulta da diversificação e da difusão do pentecostalismo, uma vez que os integrantes desse segmento deixaram para trás os chamados protestantes históricos, nas últimas décadas do século XX” (MACHADO; BURITY, 2014, p. 603-604). A partir de entrevistas feitas com essas lideranças, os autores defendem “que as posições conservadoras dos evangélicos em temáticas como direitos sexuais e reprodutivos e combate à homofobia não devem ser necessariamente compreendidas como ataques à democracia”. (p.612)

O crescimento da presença evangélica no Congresso alcança o ápice em 2018, nas últimas eleições, como atesta o gráfico a seguir:

¹ São estes partidos: PL, PP, PT, DEM, PATRIOTA, PSL, PDT, PSD, PRB, PL, PODE, PSC, SOLIDARIEDADE, PROS, PSB, PSDB, CIDADANIA, MDB, PTB, AVANTE, NOVO e PMN.

² “Pentecostalismo” propriamente é a nomenclatura dada à doutrina de determinados grupos religiosos cristãos originários no seio do protestantismo, fundamentado na crença do “poder do Espírito Santo” (terceira pessoa da trindade cristã) na vida do “crente”, após o “batismo com o Espírito Santo”, evidenciado pelo “dom de línguas” ou “língua estranha”, esta, a tradução mais comum do termo grego glossolalia. No Brasil a doutrina foi fundada em 1911. (ALENCAR, 2010)

³ Vertente evangélica que cresce no Brasil a partir da década de 1970, baseada na doutrina do pentecostalismo, mas que também tem sua doutrina baseada na teologia da prosperidade. (MARIANO, 2004)

Gráfico 1 – Número de Deputados eleitos da FPE por ano

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP (retirado de Caresia, 2019, pg 9)

De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2019), em 2018 foram eleitos 84 deputados. Conforme Caresia, “De um total de 513 deputados, os 84 representantes da bancada evangélica chegam a 16,37% dos votos da Câmara, número expressivo e que pode pesar tanto para aprovar, quanto para barrar projetos” (CARESIA, p.09, 2020).

Além da presença dos evangélicos, a bancada também é composta por deputados ligados à Igreja Católica que contaram com o apoio de igrejas evangélicas em suas respectivas eleições. Atualmente, de acordo com a atualização do site da Câmara dos Deputados de 2019, a FPE conta com 195 deputados e 8 senadores e tem como coordenador o Deputado Silas Câmara (PRB – AM), constituindo uma das maiores frentes parlamentares no Congresso Nacional. A seguir, recuperaremos alguns marcos importantes do processo da crescente presença evangélica no Congresso até a chegada de Marco Feliciano à presidência da CDHM.

2.1 Um histórico do crescimento

Como analisa um dos pioneiros no estudo a respeito da relação entre evangélicos e política no Brasil, o historiador e antropólogo Paul Freston (1993);

Falar de protestantes e política hoje é falar de quase todos os temas centrais da história brasileira recente: a restauração do Estado de Direito; a Constituinte, a eleição presidencial de 1989; a corrupção; o poder da mídia; a infiltração do narcotráfico; a censura, e temas comportamentais como aborto e homossexualismo. (FREESTON, 1993, p.01).

O crescimento dos evangélicos na esfera pública e o engajamento dos ativistas conservadores da sociedade civil, não apenas no Brasil, mas na América Latina, foi assim justificado na leitura de Dagnino, Olvera e Panfichi:

A perda de influência dos setores progressistas da Igreja Católica em mãos de setores religiosos fundamentalistas, tanto no interior da instituição como na sociedade, coincidiu com o fim das transições para a democracia e com o surgimento de novas correntes de pensamento social conservador. De fato, um dos efeitos duradouros do autoritarismo foi a formação, consolidação ou reparação de uma sociedade civil conservadora que depois iria alimentar ou formar novos partidos de direita, ou fortalecer os tradicionais, e constituir-se na base social projetos neoliberais (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 29-30).

Em meados de 1980, com o momento aberto para a elaboração da nova Constituição, em que novas bandeiras e atores pluralizaram o debate público, os evangélicos passaram a participar mais ativamente da política, apoiando a candidatura de religiosos pela necessidade de serem representados por parlamentares que defendam sua liberdade religiosa, os interesses de suas igrejas e as doutrinas bíblicas (MARIANO, 2012).

De acordo com o censo do IBGE de 2010, em 30 anos, o percentual de evangélicos na população brasileira passou de 6,6% para 22,2%. Em 1980, na década da redemocratização, estes religiosos correspondiam a 6,6% da população e em 1991, este percentual era de 9,0%. Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Já em 2010, chegaram a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões).

Com tamanho crescimento demográfico dos evangélicos na população brasileira, principalmente dos pentecostais⁴, e com o desejo de defender a “moralidade cristã tradicional” que lhes parecia estar ameaçada pelos reclamos por direitos vocalizados por movimentos sociais, como o feminista e o LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), lideranças evangélicas passam a investir sua atenção de maneira mais explícita no Congresso Nacional (TREVISAN, 2013; FREESTON, 1993; GONÇALVES, 2017; LACERDA, 2017).

⁴ *Dos que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e 21,8%, evangélicos não determinados (IBGE, 2012).*

Assim, de acordo com Cassotta (2016), foi justamente na Constituinte, em 1986, que os evangélicos chamaram a atenção por sua bem-sucedida inserção na política em termos quantitativos pela primeira vez. Num país de tradição católica, saltaram de dois para dezoito deputados (FREESTON, 1993). Somados aos protestantes históricos, a chamada “bancada evangélica” na Constituinte passou a contar com trinta e três deputados (CASSOTTA, 2016). De acordo com Melo (2020), em julho de 1987, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) dá início a uma série de discussões a respeito do projeto que daria origem à futura Constituição, momento em que o ativismo evangélico já ganhou destaque:

Em 7 de julho de 1987, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) decide subir à tribuna para um pronunciamento bastante crítico. O parlamentar integrava a “bancada evangélica”, rótulo pelo qual veio a ser conhecido o grupo de 33 parlamentares filiados a igrejas protestantes e pentecostais tido como a “grande novidade” da ANC. (MELO, p. 01-02, 2020)

Entretanto, diferente do momento atual, na conformação do cenário da ANC estava presente uma “direita envergonhada” (MELO, 2020), de parlamentares que buscavam se descolar da imagem associada aos partidos desse espectro ideológico em virtude da rejeição então presente na opinião pública sobre o significado do período da ditadura militar:

Em tal cenário, a constatação que se identificou na literatura a respeito do período é a de que a autoidentificação dos atores políticos a partir de rótulos conservadores e posicionados à direita do espectro político e ideológico era diminuta – tanto entre ocupantes de cargos representativos quanto entre cidadãos e eleitores comuns: uma “herança envenenada” deixada pelo regime militar às direitas brasileiras (MELO, p. 09, 2020).

Apesar da camuflagem ao rótulo de direitistas, este fato não evitou a eleição de políticos conservadores, grande parte de origem arenista, entre eles evangélicos. De acordo com Melo (2020), “no caso dos evangélicos, 16 dos 33 deputados autodefiniram-se como de ‘centro’ – além de outros 10 definirem-se de ‘centro-esquerda’ e mais dois como de ‘esquerda moderada’” (Ibid, p.12). As pautas conservadoras permaneciam, assim, nas discussões políticas. A recusa parecia ser somente ao recebimento de um “rótulo” ideológico. De acordo com alguns estudos, a posição desses religiosos na política institucional era a de “uma pretensa defesa de interesses superiores a disputas de posições políticas. Demonstra-se uma preocupação com a democracia e a cidadania em sentido amplo” (MELO, p. 11, 2020). Nesse sentido,

O Congresso Nacional passaria a contar mais com a presença de *políticos conservadores* do que de *membros de partidos conservadores*;

com o passar do tempo, isto teria contribuído para que estes atores permanecessem integrados ao exercício do poder, não sendo desalojados de suas posições governamentais (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 53, apud MELO, p. 10, 2020).

O trabalho de Machado (2012) também é uma importante referência sobre a presença dos evangélicos no parlamento, tratando da “inserção dos pentecostais tanto na política, quanto nos meios de comunicação com o protagonismo da Igreja Universal do Reino de Deus” (MACHADO, 2012). A autora enfatiza os grupos contra os quais os evangélicos se enfrentam na “esfera pública” brasileira desde então:

cenário marcado por movimentos identitários – entre os quais os mais expressivos encontram-se o feminista e o das comunidades LGBTTs, nos quais a identidade religiosa parece ser tão ou mais importante que o das identidades partidárias que, pelo menos em princípio, deveriam orientar as condutas políticas no sistema da democracia representativa” (MACHADO, 2012, p. 32)

O discurso de uma pretensa defesa de interesses “superiores a disputas de posições políticas” ganhou tração e a bancada evangélica acumulou, desde então, recursos de poder expressos na criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003. Importante notar que as Frentes Parlamentares têm forte poder de influência na sociedade civil, pois, segundo Coradini (2010):

Essas frentes parlamentares servem como meio de criação de “espaços” ou “articulação” entre os deputados e senadores com os processos de definição e de organização de interesses. Isso pode aparecer sob as mais diversas formas e denominações, tais como os apelos à chamada “sociedade civil”, à “sociedade organizada”, ao “setor”, à “região”, em síntese, a alguma unidade social de agrupamento, mobilização e representação. (CORADINI, 2010, p. 02).

O ano de criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) marca o momento em que o ativismo evangélico é ativado para combater o novo código civil então discutido no período. Conforme Ricardo Mariano, a reação dos evangélicos ao novo código civil se explica em função de um conjunto de ideias que nutriam sobre seus efeitos para as igrejas:

Histórias de que igrejas serão fechadas, dízimos serão taxados, pastores acabarão presos e de que homossexuais terão que ser aceitos sem contestação nas comunidades cristãs podiam ser ouvidas cada vez com mais frequência após os cultos (MARIANO, 2006, p.77)

O código fixava novas regras para o funcionamento e a organização das associações religiosas no país, as quais resultaram de pressões sociais:

Demandavam maior regulação e controle estatal das religiões em geral, em especial da Igreja Universal. Não se sabe efetivamente se tais fatos e demandas influenciaram os elaboradores do novo Código Civil em sua decisão de classificar os grupos religiosos como associações, impondo-lhes, assim, novas exigências legais. Para muitos evangélicos, porém, não pairava a menor dúvida de que o Estado pretendia, por meio da nova legislação, expandir seu poder, seu controle e sua fiscalização sobre as igrejas evangélicas. (MARIANO, p.80, 81)

O desfecho foi a reação entre os evangélicos, já que as novas regras ampliariam o controle jurídico e burocrático sobre as igrejas (MARIANO, 2006). Essa movimentação contra o código ocorreu da seguinte forma e atingiu os seguintes resultados:

Por meio da constante romaria de líderes denominacionais à Brasília, de sua mobilização nacional e da articulação da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, a reação evangélica resultou [...] na alteração do Código, desobrigando as igrejas da exigência de efetuarem as mudanças inicialmente previstas pela lei (MARIANO, 2006, p. 78)

Logo adiante, em 2009, esse ativismo foi novamente mobilizado em torno dos debates sobre o 3º. Plano Nacional dos Direitos Humanos. Temos que lembrar que em 1993 a Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena recomendou que todos os países elaborassem planos nacionais de desenvolvimento humano. No Brasil, em 1996 tivemos a primeira versão do plano e, em 2009, o governo brasileiro elaborou o terceiro Programa Nacional de Desenvolvimento humano — PNDH-3. A relevância do terceiro programa está na ampliação da promoção dos direitos humanos, incluindo várias disposições nas questões das desigualdades, as quais apresentaremos a seguir.

Com pautas mais afrontosas à causa conservadora, o decreto do PNDH-3 gerou reações entre os ativistas evangélicos. O decreto encontra-se disponível no site do Planalto, abordando na diretriz 10 a *Garantia da igualdade na diversidade* e apontando seu primeiro objetivo estratégico⁵ a *afirmação da diversidade para construção de uma sociedade igualitária*. O objetivo estratégico V trata da diversidade sexual de forma que os outros PNDH ainda não haviam tratado. Por exemplo, menciona:

Objetivo estratégico V:
Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero.

Ações programáticas:

- a) Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social.

⁵ Ver Anexo 5: Diretriz 10 – Objetivo Estratégico 1.

- b) Apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo.
- c) Promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos.
- d) Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, com base na desconstrução da heteronormatividade.
- e) Desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais.
- f) Acrescentar campo para informações sobre a identidade de gênero dos pacientes nos prontuários do sistema de saúde.
- g) Fomentar a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania daquele segmento em universidades públicas.
- h) Realizar relatório periódico de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT, que contenha, entre outras, informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, número de violações registradas e apuradas, recorrências de violações, dados populacionais, de renda e conjugais. (BRASIL, 2009)

Além deste decreto voltado à diversidade sexual, no Plano estratégico III da diretriz 9, a saúde da mulher também é abordada da seguinte forma: “Considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde”. Nas três últimas diretrizes, o plano aborda o período de ditadura militar no Brasil (1964-1985), propondo ações como “promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política (...) a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.” (BRASIL, 2009). De acordo com Machado (2011):

O primeiro ponto a se destacar é que o PNDH-3 foi precedido pelo PNDH-1 (1996), que enfatizou os direitos civis e políticos, e pelo PNDH-2 (2002), “que incorporou os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais”. Subscrito por trinta e um ministérios diferentes, o PNDH-3 aborda distintos e controversos temas como: a descriminalização do aborto; a criação de uma Comissão da Verdade para investigar os crimes cometidos na ditadura militar, a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; a regulação governamental dos meios de comunicação tendo como ponto de referência os direitos humanos, etc. (p.28)

Além disso, a diretriz 1 do PNDH-3 defendeu a “interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa.” Com isso, mesmo havendo interação entre sociedade civil e sociedade política nas gestões anteriores da CDHM, a partir do PNDH-3 essa interação passa a ser reforçada, especialmente em temas a respeito de direitos humanos. De acordo com Machado, Vaggione e Biroli (2020):

No Brasil, desde o lançamento do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos pelo governo federal em 2009, instaurou-se uma franca disputa em torno dos sentidos e limites dos direitos humanos por parte de atores religiosos neoconservadores e ativistas feministas e dos movimentos LGBTQI. (p.32)

Desse modo, o PNDH-3 deixou consequências relevantes para o campo político. Os assuntos tratados no programa continuaram ativando uma militância conservadora na sociedade civil e política, levando as pautas para o palco central das disputas das eleições do ano seguinte.

2.2 Preparando o terreno: as eleições de 2010

O lançamento do PNDH-3 acontece em 2009, e, justamente na sequência, em 2010, é ano eleitoral no Brasil. Consequentemente, questões trazidas à tona pelo Programa estiveram sob os holofotes do debate eleitoral. Pela primeira vez, duas mulheres protagonizam as pesquisas eleitorais no primeiro turno: Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV), que aparecia como uma outra opção para além da polarização entre PT e PSDB com José Serra.

A crescente interação entre sociedade civil e sociedade política acerca dos direitos humanos se destaca nas eleições de 2010, quando os principais candidatos à presidência da república ao Congresso Nacional são interrogados a respeito de seus posicionamentos em temas como aborto e união civil entre homossexuais. Latifundiários, igrejas e militares se opõem ao plano que buscava ampliar os direitos das minorias (MACHADO, 2012). De acordo com o Instituto Patrícia Galvão em parceria com a ANDI⁶, a pesquisa jornalística *A participação das mulheres no processo eleitoral de 2010*, informou que temas relacionados aos direitos das mulheres estiveram no enfoque da mídia e dos debates eleitorais:

a cobertura sobre esse tema concentrou-se em dois focos principais: as candidaturas femininas e a agenda das mulheres – tendo este último

⁶ *A Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010*. Pesquisa sobre a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com a ANDI sob a coordenação de Jacira Vieira de Melo. A pesquisa analisou a produção editorial de 29 jornais de 14 estados, 4 revistas nacionais e 4 telejornais, no período de 1º de junho a 31 de outubro, totalizando 123 dias de monitoramento.

apresentado maior volume de cobertura nos momentos finais da campanha presidencial, quando a polêmica sobre a questão do aborto ganhou amplo destaque na imprensa: mais de 50% de todo o material analisado foi publicado em outubro. (MELO, p.478, 2012)

Em 2007, quando ocupava o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma afirmou em sabatina no jornal "Folha de S. Paulo" que era um "absurdo" que o Brasil não houvesse descriminalizado o aborto (G1, 2010). Já em 2010, sob os efeitos da corrida eleitoral, de acordo com a revista exame a candidata Dilma Rousseff (PT) negou apoiar o aborto e disse que quer "fazer uma campanha acima de tudo em defesa da vida, com compromisso com os valores mais sagrados". (EXAME, 2010).

Marina Silva, candidata evangélica, membro da igreja Assembleia de Deus, se posicionou contra a prática do aborto; porém, defendeu o plebiscito como o melhor caminho para decidir sobre o tema, apontando que o caráter da discussão não era puramente religioso (G1, 2010). O Partido Verde sempre teve uma plataforma política próxima das demandas dos movimentos feministas e LGBT, contrárias ao discurso moral e familista dos líderes religiosos tradicionalistas (MACHADO, p.33, 2011). Esses motivos visíveis justificaram o fato de Marina Silva não construir fortes bases de apoio evangélicas.

O pastor Silas Malafaia, formador de opinião pública entre os evangélicos, e o pastor José Welinton Bezerra da Costa, presidente da convenção geral da Assembleia de Deus no Brasil, sempre foram favoráveis a candidatura de José Serra, o qual estava mais aliado as pautas conservadoras defendidas pelos religiosos e tradicionalmente se posicionava contra o aborto. Um dos motivos de Silas Malafaia fazer campanha para José Serra foi sua aversão ao PNDH-3:

esse Pastor espalhou na capital do Estado, durante o primeiro turno, 600 outdoors em "favor da família e preservação da espécie humana" e transformou vários trechos de seu programa televisivo "Vitória em Cristo" em vídeos que foram postados no YouTube. Nesses vídeos atacava fortemente o PNDH3, classificado por ele como "Plano Nacional da Vergonha Humana" e alertava aos evangélicos sobre a importância do voto uma vez que as propostas ali inscritas seriam objeto de exame da próxima legislatura e sancionadas e ou vetadas pelo poder executivo. (MACHADO, p.34, 2011)

Ricardo Mariano e Ari Pedro Oro — fazendo uma análise a respeito da relação entre religião e política — afirmam que, em 2010, "a influência e o poder dos dirigentes, grupos e movimentos católicos e pentecostais sobre os principais candidatos atingiram o ápice" considerando o período até então estabelecido (ORO e MARIANO, 2010, p. 22).

Conseqüentemente, não à toa, nas eleições de 2010 foram eleitos 63 deputados federais evangélicos. Além disso, ganharam destaque nesse processo:

a eleição para presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara, na qual foi escolhido o Deputado Federal pelo estado de São Paulo, Pastor Marcos Feliciano, do Partido Social Cristão, como presidente; a criação, em 2011, da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, composta por diversos deputados evangélicos; as eleições presidenciais de 2014, em que o evangélico Pastor Everaldo conseguiu ser o quarto presidenciável mais bem votado, (CASSOTTA, 2016, p. 78).

De acordo com Freitas (2012), houve desde 2010 um conflito travado entre Dilma Rousseff e a Bancada Evangélica, e um exemplo desse embate foi a luta dos Deputados evangélicos para derrubar o “kit anti-homofobia” proposto pelo Deputado Jean Willys (PSOL-RJ) — apelidado pejorativamente pela ala conservadora como “kit gay”. O Projeto Escola Sem Homofobia, que incluía o “kit anti-homofobia”, consistia em uma ampliação do Programa Brasil Sem Homofobia, criado pelo governo federal em 2004 com o objetivo de combater a violência e o preconceito contra a população LGBT. De acordo com matéria do G1 “o kit que estava sendo analisado pelo MEC faz parte do programa Escola Sem Homofobia, do Governo Federal, e contém material didático-pedagógico direcionado aos professores.” (PASSARINHO, 2011). Devido às pressões por parte da bancada religiosa, em 25 de maio de 2011, a presidente Dilma Rousseff suspendeu a distribuição desse material (PASSARINHO, 2011).

Conforme declarou à época Jair Bolsonaro, então Deputado Federal pelo PP/RJ e membro da “bancada da família”, que era composta por vários membros da bancada evangélica, “será feito tudo para enterrar” o projeto nas comissões. O projeto deveria ser “enterrado”, segundo o deputado, por tratar-se de algo que vai contra “os valores da família e dos bons costumes” (FREITAS, 2012).

Cunha (2020) explica o desfecho desta conjuntura política de 2010 a 2013:

a partir de 2010 as grandes mídias passaram a enfatizar o tema dos direitos LGBTI+ na campanha eleitoral e nos projetos debatidos no Congresso Nacional (Plano Nacional de Direitos Humanos-3). Junto com este tema, veio também a pauta da legalização do aborto, com pressão sobre a então candidata à Presidência da República pelo PT, Dilma Rousseff. Houve muita mobilização de grupos evangélicos contra Dilma Rousseff, cuja campanha era defensora destes temas. Em 2013, o Caso Deputado Marco Feliciano (à época PSC/SP) retomou com força estas temáticas, com amplo espaço nas mídias. Foi a inusitada nomeação do deputado como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sob escândalos que estiveram a ele relacionados referentes a declarações racistas e

homofóbicas. Este processo culminou no revigoramento das bandeiras políticas conservadoras da Bancada Evangélica (CUNHA, p.46, 2020)

Como vimos, a chegada em 2013 do Deputado Marco Feliciano do PSC-SP à presidência da CDHM é um desdobramento importante da ativa presença dos grupos evangélicos no parlamento, desde a criação da FPE em 2003. Eleito como deputado pela primeira vez em 2010, ele era pastor da Catedral do Avivamento, uma igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus, e logo tornou-se uma das figuras mais conhecidas da bancada evangélica. A chegada de Feliciano a esse posto resultou do fortalecimento progressivo dos evangélicos na política e na sociedade brasileira e, sobretudo, compõe um movimento importante ocorrido no campo do ativismo evangélico: se antes, como dito, os deputados evangélicos evitavam rótulos ideológicos, preferindo uma identificação mais fluída e geral com o combate à corrupção, agora nominam abertamente o projeto político que defendem, automeando-se como conservadores. Assim, a chegada de Feliciano à presidência da CDHM faz parte de um movimento que mostra o interesse dos evangélicos de colocar o seu projeto político de sociedade na cena principal das disputas no Brasil.

Devido à eleição de Feliciano e a sua chegada na presidência da CDMH, os atores sociais de cunho conservador de que tratarei aqui ganham os holofotes. Sua eleição catalisou a disputa entre dois extremos, “os pró e os contra Feliciano”, que ganhou uma forte exposição midiática. De acordo com Gonçalves:

As consequências geradas [pela chegada de Feliciano à CDMH] saíram da esfera legislativa federal e adentraram em outros campos. Por exemplo, por meio da divulgação de manifestos de organizações, intervenções de ativistas que atuam na defesa dos direitos humanos, comunidades religiosas, movimentos sociais, e outros agrupamentos que representavam a sociedade civil organizada. (GONÇALVES, 2017, p. 207).

Segundo Cassota (2016), a atuação de Feliciano como presidente da CDHM não resultou em avanços efetivos para a pauta evangélica para além da própria comissão. Como informa o autor,

Ainda no ano de 2013, na Comissão, Feliciano conseguiu aprovar o fim da Resolução que obriga os cartórios a realizarem casamento entre pessoas do mesmo sexo. Também foi contra o projeto que prevê ao parceiro homossexual a condição de dependente do INSS. Foi a favor do projeto apelidado de “cura gay”, apresentado pelo deputado federal João Campos, do PSDB-GO, sobre tratamento psicológico para pessoas que se declarem homossexuais. Além disso, criou polêmica em suas redes sociais como Twitter e blogs ao atacar a comunidade LGBT, ser

favorável à censura e à redução da maioria penal. Apesar do seu empenho na Comissão em levar uma pauta “anti-gay”, considerada uma vitória pelo segmento evangélico, não houve grandes avanços dessas pautas fora da Comissão. Muitos evangélicos foram contra as declarações do Marco Feliciano, colocando em dúvida a existência de um grupo religioso coeso. (CASSOTTA, 2016, p.84)

Ainda que não tenha conseguido avanços efetivos para a pauta evangélica, sua atuação na CDHM ajudou a efervescer os ativismos evangélicos, catalisando as energias de suas parcelas mais conservadoras. Por isso mesmo, o nome do Pastor esteve presente nas Jornadas de Junho, mobilizando os opositores do projeto conservador nas ruas. Para Biroli,

Aferradas a visões convencionais de família em sua atuação política (*apud* Machado, 2017) e eficazes na ampliação de sua influência político-eleitoral, essas igrejas são importantes atores na renegociação das fronteiras entre o Estado, a política e a religião no Brasil (*apud* Giumbelli, 2008). A chegada de um pastor identificado com a ofensiva contra os direitos sexuais à Presidência da Comissão de Direitos Humanos, em março de 2013, expunha essas duas dinâmicas e pode ser utilizada como exemplo de um ativismo conservador de novo tipo, hoje bastante visível na política brasileira. (BIROLI, 2018, p.88)

A chegada do pastor Marco Feliciano à CDHM em 2013, portanto, resulta da trajetória de crescimento da presença evangélica na política institucional, mas expressa também um deslocamento importante aí ocorrido, em que o ativismo evangélico procura espaço na cena principal das disputas políticas do país, apresentando um projeto próprio, com “nome e sobrenome” — conforme já mencionado na introdução, um projeto com um conteúdo moral renovado. Esse conteúdo é definido por Biroli, Machado e Vaggione (2020) como “neoconservadorismo”, e é caracterizado da seguinte forma:

O neoconservadorismo é, em grande medida, um movimento reativo às transformações na ética e na legalidade sexual, à (des)ordem sexual que se inscreve no e a partir do direito. Um de seus principais objetivos é recristianizar a sociedade por meio da mobilização do direito. Desse modo, os atores religiosos conservadores buscam restaurar uma ordem moral que consideram em crise e, para tanto, o campo jurídico e as estratégias legais ocupam um lugar privilegiado. Os diversos atores que compõem o neoconservadorismo confluem, assim, em ações visando incidir sobre o papel do direito na definição de um ordenamento hierárquico do gênero e da sexualidade. (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, p.194, 2020)

Para concluir, este capítulo evidenciou que o crescimento do ativismo evangélico desde a redemocratização se deu como uma reação às pautas progressistas que ocuparam a política brasileira em momentos como a discussão do novo código civil, a discussão do PNDH 3 e a

discussão em torno de um programa contra a homofobia. A reação conservadora, aos poucos, foi ativando uma militância institucional e civil — desde a redemocratização até as eleições de 2010 — que historicamente carregou o discurso de defesa da família tradicional e da religião e, assim, foi se perpetuando na disputa política nacional. No capítulo seguinte, procuraremos entender mais a fundo os movimentos que levaram o neoconservadorismo a ocupar essa posição a partir dos acontecimentos que levaram Marco Feliciano à presidência da CDHM.

3 A CHEGADA DE UM CONSERVADOR EVANGÉLICO À CDHM

A chegada de um Pastor conservador à presidência da CDHM da Câmara dos Deputados, em 2013, colocou em destaque as atuações dos evangélicos na política brasileira, expressando para a sociedade civil esse projeto conservador no parlamento. Filiado ao PSC desde 2009, o Deputado Marco Feliciano foi eleito pela primeira vez para o cargo com 212 mil votos no estado de São Paulo, em 2010, sendo o segundo político evangélico com maior número de votos no país. Entre 2018 e 2019, o deputado esteve no Podemos (PODE) e atualmente está filiado ao Republicanos.

A chegada do deputado à presidência da CDHM foi logo em seu primeiro mandato. Mas como um deputado de primeiro mandato poderia ser foco de uma coleção de polêmicas? Antes de chegar ao cargo de deputado, Feliciano já era famoso entre os evangélicos por ser um pastor itinerante e ligado à mídia, participante dos grandes eventos das igrejas pentecostais e neopentecostais do Brasil, como o *Gideões Missionários da Última Hora (GMUH)*, o *Glorifica Litoral*, e outros, mais à frente tratados.

Em todo o histórico da CDHM, a instância nunca havia sido presidida por um parlamentar já tão conhecido por suas declarações contrárias à pauta dos direitos humanos. Em 2011, o pastor foi acusado de racismo devido a uma postagem feita em sua rede social Twitter dizendo que “africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato. O motivo da maldição é polêmica” (BALZA, 2011). Em seguida, em outra mensagem, ele afirmou que “sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, Aids. Fome”. (BALZA, 2011). Essas declarações tiveram grande repercussão na mídia e, a partir disso, apoiadores e opositores de Feliciano já começavam a se mobilizar nas redes sociais, e a figura do Pastor ia aparecendo em cena cada vez mais.

Historicamente, na maioria dos anos, a CDHM da Câmara foi presidida por parlamentares do PT. Em 2013, porém, o jogo político foi invertido. O PT abriu mão dessa comissão para presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Seguridade e Saúde, fato que acabou deixando o “caminho livre” para o PSC eleger um presidente (COELHO, 2013). Para a deputada Érika Kokay (PT), primeira vice-presidente da CDHM em 2012, “a Comissão de Seguridade e Saúde é importante porque a bancada fundamentalista pretende mudar o Conselho de Psicologia para a ‘cura gay’ nesta comissão. Ficando com o PT é bom para evitar este absurdo.” (SUL 21, 2013). Em seguida, entretanto, a deputada se opunha à indicação do pastor: “já avisei ao vice-presidente da mesa

que não vamos votar o nome dele (*Feliciano*) para Direitos Humanos. Se houve a negociação das comissões, que seja ao menos um nome de maior consenso” (SUL 21, 2013).

Diversos jornais e revistas cobriram os conflitos e as disputas envolvidas na chegada do Deputado Pastor Marco Feliciano à presidência da comissão. Na época, o deputado negou que fosse a favor de qualquer discriminação. Mas, após a eleição, disse ser contra o casamento entre homossexuais, a adoção de crianças por casais do mesmo gênero e qualquer tipo de aborto, mesmo de feto anencéfalo (CÂMARA, 2013).

O pastor, enquanto sociedade civil, atuava havia anos com destaque nos palcos evangélicos (CONGRESSO EM FOCO, 2013). Como deputado, ainda exercia o seu primeiro mandato — como pastor, no entanto, já mobilizava o público evangélico em todo Brasil, com suas pregações em eventos, seu programa de TV e até mesmo músicas gravadas, declarado no site da MK MUSIC⁷ em 2017. A partir da credibilidade e da fama adquirida no meio evangélico, Marco Feliciano desponta como um nome de peso no fortalecimento do projeto conservador, colaborando para o seu deslocamento dos bastidores para o centro da política brasileira.

Não à toa, portanto, o PSC insistiu na figura de Marco Feliciano para presidente da CDHM (SUL 21, 2013), mesmo diante das resistências. As pressões contra a presença de Feliciano no cargo vieram não só da sociedade civil, de movimentos sociais (movimentos LGBT e movimentos feministas), mas também da sociedade política, como as bancadas do PSOL, PCdoB e PT. Além dos movimentos feministas e LGBT, 47 entidades da sociedade civil cobraram o Partido dos Trabalhadores, afirmando em nota⁸ dirigida à Câmara dos Deputados que “Marco Feliciano coloca em risco a luta dos movimentos brasileiros de Direitos Humanos, lamentando a omissão do governo federal sobre a situação.” (DUARTE, 2013)

Na época, até mesmo o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) cobrou do PSC uma solução para o caso; disse, na ocasião, que a situação do deputado era insustentável. Porém, o PSC continuou insistindo no nome do Deputado Marco Feliciano. De acordo com o Portal G1, o vice-presidente nacional do partido, Deputado Everaldo Pereira, fez a seguinte afirmação:

Quero pedir respeitosamente que as lideranças de partidos da Casa respeitem a indicação do PSC. Informamos aos senhores que o PSC não abre mão da indicação feita. O deputado Marco Feliciano foi eleito pela maioria dos membros da comissão. Se tivesse sido condenado pelo Supremo nem teria sido indicado [...] Feliciano é um deputado ficha

⁷ “Uma das maiores gravadoras de música gospel do Brasil”, fundada pelo Senador Arolde de Oliveira (Fonte: Senado.Leg)

⁸ Ver Anexo 6: 47 entidades da sociedade civil e nota completa.

limpa, tendo então todas as prerrogativas de estar na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (Portal G1, 2013)

A partir dessa declaração, entende-se que Feliciano representava uma novidade política, pelo fato de ser ficha limpa, e por isso a face de Feliciano era compatível com o estereótipo da honestidade, característica valorizada pelo discurso político conservador. Ou seja, sua figura, além de já ser presente e conhecida no universo evangélico, também, como novato no parlamento, representava sem ruídos a bandeira “anticorrupção” desde sempre defendida pela bancada evangélica.

Em uma entrevista ao Sul21, o deputado Domingos Dutra (PT-MA), presidente que antecedeu Marco Feliciano na CDHM, credita a eleição do pastor na comissão a “uma articulação do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e os representantes do PSC, atendendo a interesses obscuros ligados a evangélicos e ruralistas.” (SUL21, 2013)

Na 54ª legislatura, o nome do conservador político com maior notoriedade era o de Marco Feliciano. Sugerimos que, entre os conservadores, somente Feliciano conseguiria se sustentar na CDHM naquele momento, devido a suas bases de apoio religiosas na sociedade civil. Por isso, seu nome foi defendido pelo seu partido: apesar de tantas resistências, sua visibilidade prévia junto às bases sociais evangélicas o tornava particularmente adequado para cumprir missão de dar mais um passo rumo ao deslocamento do projeto conservador ao palco central das disputas políticas. Importante lembrar que no fim da gestão do pastor, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) desejou dar sequência ao trabalho na CDHM e se candidatou a presidente da comissão para ser o sucessor de Feliciano. De acordo com o Portal G1, Bolsonaro foi derrotado pelo deputado Assis do Couto (PT - PR) por 10 votos a 8: “Conhecido por declarações consideradas racistas e homofóbicas, Bolsonaro havia lançado candidatura avulsa (sem indicação do partido) para o comando do colegiado.” (NÉRI, 2014). Portanto, sugerimos aqui o quanto o nome em especial de Marco Feliciano foi importante na eleição anterior da presidência, em 2013. O perfil do Deputado Marco Feliciano condizia naquele momento com as estratégias de fortalecimento do projeto conservador para firmar o conservadorismo nas disputas políticas brasileiras. A chegada de um nome famoso à CDHM fez a sociedade civil conservadora e religiosa voltar seus olhares para as decisões políticas. Um nome com notoriedade e credibilidade despontou no Congresso Nacional justamente no momento em que o conservadorismo aparece como uma reação às pautas progressistas levantadas em 2010, e

assim, o PSC e seus aliados, como toda a bancada evangélica, dão sustentação à permanência de Feliciano na CDHM.

Em uma reportagem da TV Brasil, o jornal Repórter Brasil noticiou: “a sessão (de eleição do presidente da CDHM) foi restrita a parlamentares e assessores a pedido do PSC, tudo para evitar os manifestantes que mesmo assim ocuparam os corredores da casa”. No dia da votação, o então presidente da CDHM, Domingos Dutra (PT) renunciou ao cargo no último dia de mandato e foi seguido por outros seis deputados que o apoiavam. Domingos Dutra afirmou: “não fico em uma sessão onde o povo brasileiro foi excluído” (TV BRASIL, 2013).

Ainda segundo a TV Brasil, mesmo após a eleição de Feliciano, nos corredores da comissão os protestos contra a chegada do pastor à presidência da CDHM continuaram efervescidos: os militantes levantavam cartazes, realizavam performances críticas, e gritavam frases de repúdio ao pastor. O manifestante Thiago Silva, membro do “Movimento Homofobia Não”⁹, declarou em uma entrevista: “a cada 26 horas um homossexual é assassinado no Brasil por causa de pessoas como Bolsonaro e por causa de pessoas como Feliciano”. O manifestante foi aplaudido pelos demais militantes. Além disso, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) afirmou em uma entrevista à TV Brasil:

o problema não é que ele é cristão e nem pastor, o problema é porque ele é um homem homofóbico, racista, que faz declarações públicas que estigmatiza essas minorias, violam a sua dignidade e quem tem nessa casa uma série de proposições legislativas contrárias a essas minorias (TV Brasil, 2013).

Naquele momento, no auge dos protestos, o deputado federal Domingos Dutra (PT) afirmou que a indicação de Marco Feliciano fazia parte de um plano da bancada evangélica para se unir à bancada ruralista e fortalecer a atuação conjunta no Congresso: “Eles articularam para dominar a Comissão de Agricultura e de Direitos Humanos.” (SUL 21, 2013). O deputado prossegue:

Nós precisamos é mudar esta relação de forças no parlamento, elegendo deputados indígenas, mais negros, mais mulheres”, fala. Para ele, mais do que a presidência de uma comissão, a relação de forças é o principal entrave dos temas das minorias no Congresso Nacional. (SUL 21, 2013)

Jornais e revistas de grande circulação e visibilidade nacional deram enfoque ao caso da chegada de um conservador à CDHM. A revista *Veja* e o jornal *O Globo*, veículos de mídia utilizados aqui, direcionam a atenção da sociedade civil para o fato, consequentemente os

⁹ Não há informações sobre o “Movimento Homofobia Não” mencionado na reportagem da TV Brasil.

mobilizando de alguma forma, contribuindo para a efervescência ativista que marcou a chegada e a gestão de Feliciano na CDHM.

A revista *Veja*, no dia 7 de março de 2013, no Blog de Reinaldo Azevedo, noticiou a seguinte manchete: “Sob protestos, Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara”. A publicação noticiava que Marco Feliciano “fez declarações consideradas racistas e se manifestou contra a união civil entre homossexuais” e que, em resposta, manifestantes contrários às posições do deputado, na ocasião, ocuparam o plenário e tumultuaram a sessão. (AZEVEDO, 2013)

Na mesma semana, o jornal *O Globo* informou que “com 11 votos e um voto branco, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias elegeu o polêmico pastor Marco Feliciano para o cargo de presidente”. Essa notícia descreve os acontecimentos ocorridos na comissão de forma mais detalhada, mostrando as discussões que “incendiaram” uma luta política entre atores contrários e atores favoráveis à figura polêmica do deputado. *O Globo* afirmou que “cerca de 30 pessoas foram proibidas de participar da sessão e fizeram protesto do lado de fora”. Além disso, também ficou registrado que “deputados bateram boca e trocaram farpas. Os que defendiam a eleição de Marco Feliciano acusavam os outros de discriminação por ele ser evangélico. Também enfatizaram que são contra a homofobia” (BRAGA, 2013). O site também declara que a primeira sessão do pastor na CDHM foi marcada por “tumultos”, como se observa na imagem a seguir, extraída do jornal *O Globo*:



Além desses, o site Gospel Prime, jornal de alta visibilidade entre o público evangélico, noticiou que “mesmo enfrentando dura oposição e críticas de ativistas do Movimento LGBT, Feliciano foi eleito por unanimidade na manhã desta quinta-feira.” (GOSPEL PRIME, 2013). O Gospel Prime já havia se mobilizado em apoio à indicação de Feliciano ao cargo na CDHM, pois dias antes de sua eleição, o jornal noticiou a seguinte manchete: “Marco Feliciano promove petição em seu site sobre presidência da CDH” (GOSPEL PRIME, 2013), dando visibilidade ao documento que visava mostrar que havia quem defendesse sua indicação, e disponibilizando aos seus leitores o link para sua assinatura.

Em junho de 2013, enquanto as ruas estavam efervescentes pelos protestos das Jornadas de Junho, o Deputado Pastor Marco Feliciano aprova na CDHM o projeto da “cura gay”, que a bancada evangélica já tentava aprovar havia dois meses. A proposta suspendia o trecho da resolução do Conselho Federal de Psicologia de 1999 que proibia profissionais da área de colaborar com eventos e serviços que ofereçam tratamento e cura de homossexualidade, além de vedar manifestação que reforce preconceitos sociais em relação aos homossexuais. (JORNAL DO COMMERCIO, 2013). É devido à aprovação desse projeto, de autoria do Deputado João Campos, que a CDHM aprovou ainda um requerimento para promover uma audiência pública sobre “a erotização das nossas crianças através de imagens, de músicas nos meios de comunicações, cartilhas educativas e demais exposições”, a qual será tratada aqui mais adiante.

É importante observar que, para que haja mobilização dos membros da sociedade civil a praticar o ativismo político — seja ele conservador ou anticonservador — algum veículo deve levar aos atores civis os acontecimentos mais relevantes que efervesce a sociedade política. O veículo que leva essas informações à sociedade civil é a mídia, sendo ela alvo de críticas ou não. São os noticiários de maior circulação nacional que mobilizam a população de todo país. O grande exemplo são as jornadas de junho de 2013 (ano aqui estudado) que mobiliza boa parte do país a ir às ruas através de noticiários na internet e na TV. De acordo com Tatagiba (2014) que estuda os protestos de 2013:

sem dúvida, a mobilização nas redes sociais foi um fator decisivo para a conformação de suas características. As redes sociais foram o espaço essencial para a produção e difusão de informação alternativa às veiculadas pela mídia tradicional (TATAGIBA, 2014, p. 50)

Nas ruas em 2013, o nome do pastor e deputado Marco Feliciano aparecia entre alguns manifestantes que se mobilizaram a respeito das decisões polêmicas do pastor na comissão. O

que levou esses manifestantes às ruas, e também às portas da Comissão, foram os noticiários e as redes sociais. Entre as manifestações das entidades da sociedade civil que se manifestaram contra a sua condução à presidência da CDHM, deve-se mencionar uma entrevista ao jornal SUL 21, na qual o secretário de Educação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Toni Reis, afirmou:

Temos confiança na relação dos parlamentares do PT com este tema. Eles têm mais atenção a isso. Quando soubemos que eles preferiram a Comissão de Relações Exteriores ficamos chocados. Mais ainda quando soubemos que seria o Marco Feliciano. (...) Caso a indicação de Marco Feliciano seja mantida, o movimento estuda boicotar a Comissão de Direitos Humanos a ponto de esvaziá-la das decisões que toquem os temas fundamentais para os direitos LGBT. Vamos deixar de participar desta comissão. (SUL 21, 2013).

A ABGLT foi fundada em 31 de janeiro de 1995 por 31 entidades ligadas aos direitos humanos para homossexuais. De acordo com os relatórios anuais das gestões da CDHM que antecedem a de Marco Feliciano, a ABGLT foi participativa nos eventos da comissão, desfrutando do direito a fala em temas acerca de direitos sexuais. De acordo com informações do site da associação, a ABGLT participou ativamente na construção do "Programa Brasil Sem Homofobia", do Governo Federal, lançado em 2004, e teve atuação firme em âmbito federal, realizando ações no Congresso Nacional e junto aos Ministérios. Essa atuação contribuiu para vários avanços nas políticas públicas afirmativas para LGBT. A ABGLT esteve entre as organizações da sociedade civil que participou da organização da 1ª Conferência Nacional LGBT em 2008, de acordo com os relatórios anuais que antecedem a gestão de Feliciano, disponíveis no site da câmara dos deputados. Porém, segundo o relatório da CDHM 2013, a ABGLT realmente não participou dos eventos ocorridos na comissão.

Como já visto, as bases políticas institucionais que sustentaram a gestão de Feliciano na CDHM eram numerosas. A sociedade política estava com um número expressivo de deputados pertencentes a bancada evangélica. No quadro a seguir, apresento os atores da sociedade política que compuseram toda essa frente parlamentar no mandato de 2011 a 2014:

Quadro 1 – Composição da Frente Parlamentar Evangélica na 54ª legislatura (2011-2014)

DEPUTADO	PARTIDO	UF	IGREJA	SITUAÇÃO
Aginaldo Ribeiro	PP	PB	Batista	Novo
Anderson Ferreira	PR	PE	Assembleia de Deus	Novo
André Zacharow	PMDB	PR	Batista	Novo

DEPUTADO	PARTIDO	UF	IGREJA	SITUAÇÃO
Andréia Zito	PSDB	RJ	Maranata	Reeleita
Antonia Lucia	PSC	AC	Assembleia de Deus	Nova
Arolde de Oliveira	DEM	RJ	Batista	Reeleito
Aureo	PRTB	RJ	Metodista	Novo
Audifax Barcelos	PSB	ES	Batista	Novo
Benedita	PT	RJ	Presbiteriana	Nova
Bispo Antônio Bulhões	PRB	SP	IURD	Reeleito
Bruna Furlan	PSDB	SP	Cristã do Brasil	Nova
Cleber Verde	PRB	MA	Assembleia de Deus	Reeleito
Delegado Francischini	PSDB	PR	Assembleia de Deus	Novo
Dona Iris Rezende	PMDB	GO	Cristã Evangélica	Reeleita
Dr. Adilson Soares	PR	RJ	Batista	Reeleito
Dr. Grilo	PSL	MG	Igreja Internacional da Graça	Novo
Edinho Araújo	PMDB	SP	Presbiteriana	Novo
Edmar Arruda	PSC	PR	Presbiteriana	Novo
Eduardo Cunha	PMDB	RJ	Sara Nossa Terra	Reeleito
Edvaldo Holanda Junior	PTC	MA	Batista	Novo
Erivelton Santana	PSC	BA	Assembleia de Deus	Novo
Fatima Pelaez	PMDB	AP	Assembleia de Deus	Reeleita
Filipe Pereira	PSC	RJ	Assembleia de Deus	Reeleito
Garotinho	PR	RJ	Presbiteriana	Novo
George Hilton	PRB	MG	IURD	Reeleito
Gilmar Machado	PT	MG	Batista	Reeleito
Henrique Afondo	PV	AC	Comunidade Shamá	Reeleito
Jefferson Campos	PSB	SP	Igreja do Evangelho Quadrangular	Reeleito
João Campos	PSDB	GO	Assembleia de Deus	Reeleito
Jhonathan de Jesus	PRB	RR	IURD	Novo
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP	Internacional da Graça de Deus	Reeleito
Josué Bengtson	PTB	PA	Igreja do Evangelho Quadrangular	Novo
Laércio Oliveira	PR	SE	Presbiteriana	Novo
Lauriete Rodrigues	PSC	ES	Assembleia de Deus	Nova
Leonardo Quintão	PMDB	MG	Presbiteriana	Reeleito
Liliam Sá	PR	RJ	Presbiteriana	Nova
Lincoln Portela	PR	MG	Batista	Reeleito
Lindomar Garçon	PV	RO	Assembleia de Deus	Reeleito
Lourival Mendes	PTdoB		Batista	Novo

DEPUTADO	PARTIDO	UF	IGREJA	SITUAÇÃO
Manato	PDT	ES	Cristã Maranata	Reeleito
Marcelo Aguiar	PSC	SP	Igreja Renascer	Novo
Márcio Marinho	PRB	BA	IURD	Reeleito
Marco Feliciano	PSC	SP	Assembleia de Deus	Novo
Mário de Oliveira	PSC	MG	Evangelho Quadrangular	Reeleito
Missionário José Olimpo	PP	SP	Mundial do Poder de Deus	Novo
Neilton Mulim	PR	RJ	Batista	Reeleito
Nilton Capixaba	PTB	RO	Assembleia de Deus	Novo
Onyx Lorenzoni	DEM	RS	Luterano	Reeleito
Otoniel Lima	PRB	SP	IURD	Novo
Pastor Eurico	PSB	PE	Assembleia de Deus	Novo
Pastor Heleno	PRB	SE	IURD	Novo
Pastor Paulo Freire	PR	SP	Assembleia de Deus	Novo
Professor Setimo	PMDB	MA		
Rui Carneiro	PSDB	PB		Novo
Roberto de Lucena	PV	SP	Brasil para Cristo	Novo
Ronaldo Nogueira	PTB	RS	Assembleia de Deus	Novo
Ronaldo Fonseca	PR	DF	Assembleia de Deus	Novo
Sabino Castelo Branco	PTB	AM	Assembleia de Deus	Reeleito
Sérgio Brito	PDT	BA	Batista	Reeleito
Silas Câmara	PSC	AM	Assembleia de Deus	Reeleito
Sueli Vidigal	PDT	ES	Batista	Reeleito
Takayama	PSC	PR	Assembleia de Deus	Reeleito
Vaz de Lima	PSDB	SP	Presbiteriana	Novo
Vitor Paulo	PRB	RJ	IURD	Novo
Walney Rocha	PTB	RJ	Metodista	Novo
Walter Tosta	PMN	MG	Batista	Novo
Whashington Reis	PMDB	RJ	Nova Vida	Novo
Zé Vieira	PR	MA	Assembleia de Deus	Reeleito
Zequinha Marinho	PSC	PA	Assembleia de Deus	Reeleito
Senador Marcelo Crivella	PRB	RJ	IURD	Reeleito
Senador Magno Malta	PR	ES	Batista	Reeleito
Senador Walter Pinheiro	PT	BA	Batista	Novo

O quadro acima evidencia o quão numerosa foi a bancada evangélica na 54ª legislatura, que compreende o ano de 2013. Além dos deputados reeleitos, em 2010 foram eleitos, como já

mencionamos, um grande número de deputados evangélicos, fortalecendo assim, a atuação destes parlamentares no Congresso Nacional.

De acordo com o histórico e atribuições da CDHM, disponível no site da Câmara dos Deputados, a CDHM é uma comissão permanente e foi criada em 1995, com as seguintes atribuições constitucionais e regimentais:

receber, avaliar e investigar denúncias de violações de direitos humanos; discutir e votar propostas legislativas relativas à sua área temática; fiscalizar e acompanhar a execução de programas governamentais do setor; colaborar com entidades não-governamentais; realizar pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa; além de cuidar dos assuntos referentes às minorias étnicas e sociais, especialmente aos índios e às comunidades indígenas, a preservação e proteção das culturas populares e étnicas do País. (BRASIL, 2020)

Após analisar a composição da Frente Parlamentar Evangélica em 2013, apresento no quadro a seguir a composição da CDMH em 2013:

Quadro 2 – Composição da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em 2013

PRESIDENTE:	
Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)*	
1ª VICE-PRESIDENTE:	
Deputada Antônia Lúcia (PSC-AC)*	
2ª VICE- PRESIDENTE:	
Deputada Liliam Sá (PROS-RJ)*	
3º VICE-PRESIDENTE:	
Deputado Anderson Ferreira (PR-PE)*	
TITULARES	
Pedro Guerra (PSD-PR)	Keiko Ota (PSB-SP)
Pastor Eurico (PSB-PE)*	Enio Bassi (PDT-RS)
Henrique Afonso (PV-AC)*	Simplício Araújo (SD-MA)
Otoniel Lima (PRB-SP)*	Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ)
SUPLENTE	
João Campos (PSD-GO)*	Roberto de Lucena (PV-SP)*
Walter Tosta (PSD-MG)*	Dr. Grilo (SD-MG)*
Jair Bolsonaro (PP-RJ)	Costa Ferreira (PSC-MA)

Severino Ninho (PSB-PE)	Takayama (PSC-PR)*
Marcos Rogério (PDT-RO)	Zequinha Marinho (PSC-PA)*
Arnaldo Jordy (PPS-PA)	Lourival Mendes (PTdoB-MA)*

*deputados integrantes da bancada evangélica em 2013

Como mostra o quadro, a primeira vice-presidente da CDHM, a Deputada Antônia Lúcia (PSC-AC), é Missionária¹⁰ pela Igreja Assembleia de Deus do Brasil, e também presidente regional do PSC durante seu mandato (BRASIL, 2020). A segunda vice-presidente, deputada Lilian de Sá (PROS-RJ), teve seu mandato pautado na defesa da criança e do adolescente, defendendo a bandeira do fim da exploração sexual de crianças, trabalhando com palestras que alertavam os pais a cuidarem dos filhos para que estes não fossem vítimas de abuso sexual. Além disso, a deputada apresentou durante sua única gestão (2011-2014) posicionamentos firmes contra a legalização do aborto (PROS, 2014); por isso, a deputada teve direito à fala na audiência pública para discutir o aborto, que será tratada mais à frente nessa pesquisa. Em 2014, a deputada falou um pouco sobre seu perfil para o site de seu partido:

Hoje faço programas evangélicos, já fiz o Rio Cidadão, Fala Rio e Rio em Revista, todos em TV's abertas como Band e CNT. Atualmente faço participações em programas evangélicos onde falo da palavra de Deus. Hoje apresento o programa Reencontro que é ligado à TV Batista, e estou no programa evangélico da Igreja Quadrangular na CNT, todas às quintas-feiras. (PROS, 2014)

O Deputado Anderson Ferreira (PR – PE), terceiro vice-presidente da CDHM em 2013, foi o requerente da audiência pública destinada a “Debater a situação do Programa Brasil Quilombola”.¹¹ Membro da igreja Assembleia de Deus e atualmente líder estadual do seu partido, o deputado renunciou a seu mandato em 2015 para assumir a prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco.

Quanto aos Deputados titulares da CDHM, três deles fazem parte da bancada evangélica: o deputado pastor Eurico (PSB-PE), pastor na Assembleia de Deus de Pernambuco; o deputado Henrique Afonso (PV-AC), membro da Igreja Presbiteriana e pastor por essa mesma igreja no estado do Acre; e o deputado Otoniel Lima (PRB-SP), policial e pastor pela IURD.

Além desses, entre os deputados que fazem parte da suplência da CDHM 2013, a maioria faz parte da bancada evangélica, assim como mostrado no quadro acima, como o Deputado como João Campos (PSD-GO), que esteve presente na maioria das audiências públicas. O

¹⁰ Título usado no meio religioso para designar alguém que prega sua fé.

¹¹ Ver resumo da audiência no Anexo 3.

Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) não fazia parte da bancada evangélica, mas pode ser considerado um aliado, pois aparece com direito a fala nas audiências públicas aqui estudadas, assim como será mostrado mais a seguir.

Levando em conta o perfil desses deputados que dirigiram uma das mais importantes comissões da Câmara dos Deputados, argumentamos que a chegada de Feliciano e desses seus aliados à CDHM foi efetiva para a ativação da militância dos evangélicos conservadores na cena política naquele momento. Os assuntos tratados por eles na Comissão e a defesa de suas pautas tornam pública uma discussão que ativa uma militância evangélica conservadora na sociedade civil, dando sustentação à figura de Feliciano e a seus aliados políticos e civis que seguem detendo o poder político. Isso pode ser entendido na análise de Biroli (2018):

A presença política de representantes das igrejas evangélicas no legislativo tem crescido desde 1980, mas sua presença mais tarde nas alianças que deram sustentação aos governos recentes é um aspecto fundamental na dialética de avanços e retrocessos que se intensificaram a reações conservadoras. (BIROLI, 2018, p. 88).

É devido às alianças políticas e eleitorais feitas com o neoliberalismo que esses parlamentares neoconservadores chegam ao poder. Em consequência, há uma forte de ativação de conservadores a se mobilizarem em prol de bandeiras de pautas morais que costuram alianças com a agenda neoliberal.

3.1 Outras conjunturas da CDHM

Desde a sua criação, a CDHM teve 22 presidentes, sendo apenas dois deles de partidos de direita e autointitulados conservadores. O primeiro foi em 1998, o deputado Eraldo Trindade do PPB¹²-AP, e depois disso em 2013 o Pastor Marco Feliciano do PSC-SP.

Desde 1999, conforme os registros da Câmara dos Deputados, em quase todos os anos a CDHM foi presidida por deputados do PT, com exceção da gestão de Eraldo Trindade do PPB-AP em 1998, de Enio Bacci do PDT-RS em 2003, de Mario Heringer do PDT-MG em 2004, de Pompeo de Mattos do PDT-RS em 2008, de Manuela d'Ávila do PCdoB em 2011, e Marco Feliciano do PSC-SP em 2013. Após a gestão de Feliciano, a comissão voltou a ser dirigida pelo PT nos demais anos e até o presente momento, e em 2020 está presidida pelo Deputado Helder Salomão do PT-ES.

¹² Atualmente a titulação do partido é PP – Partido Progressista. O partido vem de uma origem de difusão do ARENA (1966-1979)

É a segunda vez, desde a criação da CDHM, que a mesma é presidida por um deputado pertencente a um partido de direita. Não há registros a respeito da gestão do Deputado Eraldo Trindade, pois o site da Câmara dos Deputados só disponibiliza relatórios anuais desta comissão a partir de 1999. Ou seja, o único momento em que deputados conservadores e de direita estão na presidência de uma comissão entrando em cena para a ativação de uma militância conservadora é na gestão de Feliciano em 2013, assim como a maioria de seus aliados dentro da CDHM.

Analisando o relatório anual das gestões anteriores, a composição de membros da CDHM foi mais heterogênea, sendo composta por parlamentares de esquerda e também parlamentares de direita, diferente da gestão de Feliciano, onde a CDHM foi totalmente composta pela direita, conforme mostrado no quadro anterior.

Como já mencionamos, a partir de 2010 efervesceram os debates acerca da moralidade, principalmente por pressões dos evangélicos. Na campanha presidencial de 2010 vieram à tona questionamentos acerca da descriminalização do aborto, em que Dilma, Marina e Serra tiveram que se posicionar acerca do tema, sendo manchete do G1 no mês das eleições: “Saiba o que Dilma, Serra e Marina já disseram sobre o aborto” (G1, 2010). Por isso, torna-se importante analisar quem eram os atores sociais presentes na CDHM a partir de 2010.

Em 2010, a Deputada Irany Lopes (PT-ES) foi a presidente da comissão. Entre os componentes figuravam o Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que estava na suplência representando a direita conservadora, e a Deputada Luciana Genro (PSOL-RS), representando a esquerda. Essa gestão promoveu o famoso “VII Seminário LGBT no Congresso Nacional” no dia 18 de maio, com o tema “Direitos Humanos de LGBT: cenários e perspectivas”. O encontro foi dividido em duas mesas de debates: “Análise da Situação dos Direitos Humanos de LGBT no Brasil”, e “União estável, Estado laico e fundamentalismo religioso”. Entre os expositores, estavam a deputada federal Fátima Bezerra (PT-RN), integrante da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, e Marcos Alves da Silva, Professor de Direito Civil, Advogado e Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil. A presença de um Pastor afirma a heterogeneidade da gestão e a capacidade de um diálogo com o setor religioso da sociedade, que mesmo representando os evangélicos, defendeu em sua fala o estado laico e criticou o fundamentalismo religioso.

Também estavam entre os expositores: Jean Wyllys, jornalista, escritor e professor da ESPM e Universidade Veiga de Almeida (que viria a ser eleito deputado no mesmo ano); Deputado Federal José Genoíno (PT-SP), integrante da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT; e o Deputado Federal Chico Alencar (PSOL-RJ). Além disso, a presidente da CDHM foi requerente do Seminário “Escola Sem Homofobia”. Tais eventos contribuíram para ativar

uma reação conservadora, reação que fez com que se levantassem questionamentos de viés moral acerca das candidaturas em 2010.

Manuela d'Ávila (PCdoB-RS) foi a deputada que presidiu a CDHM em 2011, e, mais uma vez, o Deputado Jair Bolsonaro aparece entre os suplentes dessa comissão, assim como a Deputada Luiza Erundina (PSB-SP) e o Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ). No dia 6 de abril aconteceu a primeira audiência pública dessa gestão, com a presença da Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Antes da audiência pública, a Comissão recebeu no mesmo auditório uma carta de repúdio a declarações do Deputado Jair Bolsonaro contra os direitos humanos. A carta foi entregue pelo presidente da União da Juventude Socialista, André Tokarski, e subscrita por 24 entidades. Para a Deputada Manuela, “receber a juventude na Câmara é sinal de que a Casa ainda representa os seus direitos e representa, sim, a diversidade do povo brasileiro.” (BRASIL, 2011).

Em 2012, a CDHM foi presidida pelo Deputado Domingos Dutra do PT-MA. Jean Wyllys (PSOL-RJ) estava entre os titulares e Marco Feliciano (PSC-SP), o qual seria presidente no ano seguinte, já aparecia como suplente.

Segundo as notas taquigráficas desses eventos, disponíveis nos arquivos da Câmara dos Deputados, os deputados conservadores não estavam presentes nessas audiências e seminários. Apesar de Jair Bolsonaro e Marco Feliciano aparecerem na suplência das gestões anteriores, os deputados evangélicos não se expressavam nos espaços da CDHM antes de o Pastor assumir a presidência. O que se entende é que os deputados conservadores permeavam o espaço da comissão para estarem por dentro dos acontecimentos, e a evidência disso é Bolsonaro utilizar o “Seminário LGBT” para atacar a oposição nas eleições de 2018. Somente em 2013, durante a presidência do Pastor, os deputados conservadores passam a ser requerentes de audiências públicas e assumirem o direito à fala na CDHM.

A partir de 2014, continuamente, a CDHM voltou a ser presidida pelo PT¹³; atualmente (2021) o presidente desta é o deputado Carlos Veras, do PT-PE. Analisando as outras gestões e composições da Comissão, é possível afirmar que na CDHM o conservadorismo só teve voz e poder efetivos durante a gestão de Feliciano. Foi por intermédio de um Pastor na presidência que a voz do conservadorismo teve espaço dentro da CDHM, e conseqüentemente ecoou nas mídias, colocando o projeto conservador no cenário principal da política. A partir do alcance dessas vozes, o ativismo evangélico e conservador foi acionado também na sociedade civil.

¹³ 2014: Presidente: Dep. Assis Couto PT-PR, 2015: Presidente: Dep. Paulo Pimenta PT-RS, 2016: Dep. Padre João PT-MG, 2017: Dep. Paulão PT-AL, 2018: Dep. Luiz Couto PT-AL, 2019 e 2020: Dep. Helder Salomão PT-ES.

3.2 Nos entornos da bancada evangélica

É imprescindível afirmar que os aliados conservadores da sociedade civil historicamente dão sustentação à manutenção do poder da Frente Parlamentar Evangélica e, conseqüentemente, às gestões de Marco Feliciano, inclusive na CDHM. Para compreendermos essa sustentação, é importante levarmos em conta que anos antes Feliciano já vinha construindo uma popularidade no meio evangélico por todo o Brasil.

3.2.1 Espaços de ascensão da carreira de Feliciano

Esta pesquisa desenvolve todo este enfoque na figura de Feliciano com a seguinte justificativa: o pastor, enquanto sociedade civil, há anos atuava com destaque nos palcos evangélicos e esse fato foi relevante para os acontecimentos que o levaram à presidência da CNDH. O Deputado Marco Feliciano ainda exercia o seu primeiro mandato; o Pastor Marco Feliciano, no entanto, já mobilizava o público evangélico em todo Brasil, com suas pregações em eventos, seu programa de TV e até mesmo músicas gravadas. Através desses meios, a voz de Feliciano já contava com a credibilidade entre os fiéis.

Como já dito, Feliciano desde a década de 90 já era um Pastor conhecido nacionalmente, famoso por suas mensagens de autoajuda vendidas em massa para o público pentecostal e neopentecostal. Feliciano chegou a vender 600 mil cópias de suas mensagens, além das visualizações em plataformas digitais, vendas de livros e participação nos maiores eventos evangélicos do país. Em 2010, já apresentava seu próprio programa na TV e Rádio, o programa Tempo de Avivamento, transmitido pelo Band. Além de pastor, Marco Feliciano chegou a apostar na carreira de cantor gospel, lançando um álbum em 2008 e outro em 2011.

O sucesso de Marco Feliciano se deve de forma geral às igrejas pentecostais do Brasil, mas em especial a algumas instituições e eventos que colocaram sua personalidade nas vitrines.

Pregador dos GMUH

O sucesso da carreira de Marco Feliciano como pregador pentecostal teve início em um dos maiores eventos pentecostais do Brasil, o Congresso dos Gideões Missionários da Última Hora (GMUH). Os GMUH é um projeto de missões evangélicas ligado à igreja Assembleia de Deus de Camboriú (SC): “Os GMUH desenvolvem um trabalho de missões nacional e transcultural. Nossos missionários estão em vários estados e países do mundo, levando a palavra

do evangelho a toda criatura.” (GIDEÕES, 2021). Conforme Gonçalves, “Eles têm 62 projetos em atividade em 42 dois países do mundo, dos quais alguns possuem relato em forma de documentário, gerando DVDs e outros estão disponíveis em textos, vídeos, fotos e no site oficial do GMUH.” (GONÇALVES, p.72, 2018) Anualmente, na cidade de Camboriú, ocorre o Congresso dos GMUH, que reúne missionários, pregadores, cantores renomados do meio gospel e um numeroso público de todo o país, inclusive do estado de São Paulo. Marco Feliciano, aos 26 anos, subiu pela primeira vez no palco do tradicional encontro dos GMUH para pregar em 1999, ano em que o evento reuniu mais de 100 mil pessoas. Depois disso, sua carreira alavancou e em todos os anos Feliciano era um dos principais pregadores de uma das maiores festas evangélicas do país.

O congresso dos GMUH possui vários métodos de difusão do evento para atrair fiéis: programa de rádio (Paz no Vale e Rádio Missionária), cultos realizados nos templos, transmissão dos cultos pela internet, TV Gideões, organizadores de caravanas, aplicativos GMUH, Revista Vida Missionária, equipe de avivamento, projetos missionários, projetos sociais e evangelismo pessoal.

Retomando 2013, quando ele já ocupava a presidência da CDHM, e dessa vez olhando para a sociedade civil evangélica, a figura de Marco Feliciano foi muito aguardada no congresso dos GMUH. Naquele ano, o evento reuniu em média de 200 mil pessoas, além dos que acompanhavam a transmissão pela internet, TV e rádios.

Em 2013, caravanas de diversas regiões do Brasil se deslocaram a Camboriú para assistir à pregação de Marco Feliciano, e muitos dos congressistas passavam a madrugada e o dia da ministração do pastor em vigília fazendo orações e jejuns em prol da vida do deputado. Na noite em que Feliciano se apresentou, a multidão gritava “Feliciano me representa” e o mesmo trouxe uma mensagem que comparava seu “sofrimento e perseguição” ao sofrimento de Jesus Cristo. Segundo o jornal Gospel Mais, Feliciano testemunhou durante o Congresso dos Gideões, realizado em Camboriú (SC), que devido aos protestos contra sua eleição à presidência da (CDHM), os convites para ministrar em eventos realizados por igrejas foram em sua maioria cancelados. (CHAGAS, 2013).

Durante sua fala no Congresso, Marco Feliciano agradeceu ao presidente do GMUH, Pastor Cesino Bernardino: Feliciano diz que o que está acontecendo com ele na política é “culpa” do pastor Cesino, pois este o fez ficar conhecido em todo o Brasil através do seu evento. Sua fala causou emoção nos fiéis, fortalecendo mais ainda sua base de apoio. Outro momento importante de sua participação no evento foi quando um homem homossexual subiu no palco durante sua pregação e abraçou o pastor, dando apoio à luta política do deputado na CDHM.

Além de sua presença marcada e esperada, as mensagens mais vendidas de Feliciano eram as gravadas no congresso do GMUH, pois o mesmo sempre afirmava sua paixão e gratidão por aquele projeto que “abençoou” sua carreira. Portanto, os GMUH foram uma das mais fortes bases de apoio de Feliciano no decorrer de sua carreira política e religiosa, e a apresentação de Feliciano para aquela multidão de evangélicos aglutinou o conservadorismo na sociedade civil.

Polêmica no Glorifica Litoral

O Glorifica Litoral é considerado o maior evento gospel do Brasil e integra a semana sociocultural evangélica de São Sebastião desde 2009. Anualmente, cerca de 200 mil pessoas participam (G1, 2013). A festa faz parte do calendário anual dos eventos da cidade desde 2010, ano em que Marco Feliciano passou a participar do mesmo.

Em 2013, o encerramento do evento com Marco Feliciano foi marcado por uma polêmica que foi manchete no G1: “Jovens são agredidas após se beijarem em culto de Feliciano (...) As jovens de 18 e 20 anos de idade que dizem ser namoradas foram expulsas do evento depois de se beijarem durante a pregação do deputado como forma de protesto”. A notícia repercutiu, pois o pastor acionou a polícia militar e mandou prender as meninas. Em seguida, as meninas afirmaram ao jornal que foram agredidas: “Eles tiraram a gente do meio do povo e colocaram para dentro da grade. A partir do momento em que levaram a gente para debaixo do palco, me jogaram de canto na grade, deram três tapas na minha cara e começaram a torcer meu braço”.

A notícia repercutiu entre os principais veículos de mídia do país e continuou impulsionando a militância que já se opunha à atuação de Marco Feliciano na CDHM. Acontecimentos como esse foram canalizados pelo Pastor durante sua atuação na comissão, que procurava mostrar-se perseguido pelos opositores por defender os valores cristãos.

Cantor da MK Music

O Marco Feliciano pastor é mais mito do que um ser humano. Eu não tenho muito tempo, então pastoreio os meus pastores. Eu sou um evangelista. Posso dizer que sou o mais atuante evangelista da história das Assembleias de Deus no Brasil. Eu prego há 30 anos e já estive em mais de 80 países e 4 mil cidades no Brasil (MK MUSIC, 2017).

A citação acima é uma afirmação de Marco Feliciano ao site oficial da gravadora MK Music em 2017. Além de reafirmar sua trajetória como pastor, Feliciano também menciona sua carreira política: “Eu tenho certeza de que a minha ida para a política foi uma vocação divina,

um sonho de Deus para mim” (MK Music, 2017). Após contratá-lo como cantor em 2017, a própria gravadora faz um resgate sobre o histórico de Marco Feliciano no meio evangélico:

O Pr. Marco Feliciano já lançou 3 álbuns e com mais de 100 mil cópias vendidas, chegou a ganhar Disco de Platina. A veia musical é tão forte que ele fez participação nos CDs de Robinson Monteiro e do sertanejo Eduardo Costa: “Era um sonho de criança. A vontade de Deus era que eu fosse pregador, mas eu tinha o desejo de ser cantor. Consegui realizar as duas coisas” (MK MUSIC, 2017).

Além das próprias afirmações de Feliciano, o site da MK Music também divulga a fala do Senador Arolde de Oliveira¹⁴, fundador e diretor da gravadora:

Amigo de Feliciano, o deputado Arolde de Oliveira participou da assinatura do contrato e demonstrou sua alegria com a nova contratação: “Ele já é reconhecido, tem um espaço muito grande na mídia. Agora, junto à MK, naturalmente, será uma adição com bastante sinergia, onde a soma de dois mais dois dará, no mínimo, cinco”, brincou o deputado Arolde. (MK MUSIC, 2017)

Este subitem procurou traçar o histórico da carreira artística religiosa de Marco Feliciano, assim como seu alcance na mídia e eventos como o GMUH, o Glorifica Litoral e seu contrato com a MK Music. Por conseguinte, esses espaços fizeram ecoar a voz de Feliciano. Não foi à toa que, quando o Pastor se tornou presidente da CDHM, os evangélicos que admiravam sua carreira religiosa foram mobilizadas como sua base de apoio: os fãs do Pastor, o rebanho evangélico que deu sustentação a sua carreira artística, conseqüentemente se sentiram politicamente representados por Feliciano e engrenaram também como fãs de seu projeto político conservador, sustentando com entusiasmo a sua carreira como presidente da CDHM.

3.3 Dos bastidores ao protagonismo: atores que ascendem com Feliciano

A presença de Feliciano na CDHM em 2013 teve o poder de promover ao protagonismo nomes que antes ocupavam os bastidores políticos. Como já dito, o Deputado Marco Feliciano contou com uma base de apoio na sociedade civil, a qual deu sustentação à sua gestão. Além dos apoiadores cristãos darem sustentação à gestão do Pastor, o movimento era cíclico: a presença de Feliciano no espaço de poder de uma importantíssima comissão, reforçou o nome

¹⁴ O senador Arolde de Oliveira faleceu de Covid-19 em 2021.

de seus aliados civis. Feliciano teve o poder de dar protagonismo a seus aliados, aglutinando as vozes do conservadorismo naquele momento.

Na presidência da CDHM, Feliciano e seus aliados acumularam forças e poder para travar uma disputa com os setores progressistas da política sobre o conceito de direitos humanos. Quando esses atores conservadores têm o direito à fala nas audiências públicas, o significado de direitos humanos é transportado para o que convém às concepções evangélicas. Com a chegada dos evangélicos, a CDHM passa a ser o espaço institucional desde onde essas concepções ecoam, colhendo frutos dos anos anteriores, acolhendo as pautas de uma agenda conservadora que antes estava nos bastidores.

Um nome que aparece nas audiências mais polêmicas da Comissão é o de Damares Alves. Damares Alves é a atual Ministra de Mulher, Família e Direitos Humanos, do governo de Jair Bolsonaro. Na época era advogada, educadora e coordenadora do Projeto Educacional do Programa Proteger. De acordo com *O Globo*, “foi no final da década de 1990 que Damares Alves deu início à sua atuação política. Primeiro, no gabinete de seu tio, o pastor Josué Bengtson (PTB-PA). Depois, trabalhando como assessora parlamentar para quase uma dezena de outros deputados.” (O Globo, 2019). Ainda de acordo com O Globo:

Datam de 2013 os primeiros vídeos de Damares pregando em igrejas por todo o Brasil. Nesse período, ela ganhou notoriedade no meio evangélico discursando contra a “teoria feminista de gênero”, denunciando livros didáticos pelo teor “esquerdista” e defendendo os valores conservadores tradicionais. (O Globo, 2013)

Damares, até 2006, era da Igreja do Evangelho Quadrangular, cofundada pelo Pastor Josué Bengtson — seu tio e primeiro Deputado em cujo gabinete Damares trabalhou. Em seguida, a pastora começou a frequentar a igreja Sara Nossa Terra e se casou com um de seus líderes. Ambas as igrejas são neopentecostais com templos em todo o território nacional.

Em 2013, Damares concedeu uma entrevista à pastora Cynthia do Portal “Fé em Jesus”, citada por *O Globo*, e afirmou:

A igreja evangélica perdeu espaço na História. Nós perdemos o espaço na ciência quando nós deixamos a teoria da evolução entrar nas escolas. Quando nós não questionamos. Quando nós não fomos ocupar a ciência. A igreja evangélica deixou a ciência para lá. "Ah, vamos deixar a ciência caminhar sozinha". E aí cientistas tomaram conta dessa área. E nós nos afastamos. (O Globo, 2019)

De 2012 a 2015, Damares também compôs a sociedade política. A advogada foi assessora do Deputado Arolde de Oliveira (DEM-RJ). Arolde, além de militar e deputado, juntamente

com sua esposa, foi proprietário da MK Music, empresa que pode ser considerada a mais influente gravadora de música gospel do Brasil, possuindo um *cast* de cantores famosos em todo o meio evangélico. Nas audiências públicas da CDHM em 2013, Damares foi participativa. Ela era apresentada como advogada, educadora e coordenadora do Projeto Educacional do Programa Proteger (cargo na sociedade civil).

Outro ator que aparece como aliado de Feliciano é Guilherme Schelb, que representa a “dupla face” desse trânsito entre sociedade civil e sociedade política, pois ocupa funções nos dois territórios: Procurador Geral da República (cargo da sociedade política) e coordenador do Programa Proteger (cargo na sociedade civil). Em 2018, Schelb foi cotado por Bolsonaro para assumir o Ministério da Educação por ser favorável ao Projeto Escola Sem Partido e contra a “ideologia de gênero” nas escolas.

O Programa Proteger era uma organização de apoio à gestão de Feliciano, contando com seus representantes nas audiências públicas com pautas morais.

Em 2017, Guilherme Schelb foi alvo de procedimento administrativo do Ministério Público Federal (MPF) por compartilhar um modelo de notificação extrajudicial na internet contra professores que ensinam temas sobre sexualidade e gênero nas escolas. Mesmo sem apoio do Ministério Público e antes de ser alvo do procedimento administrativo, Schelb chamou essa iniciativa de “Programa Proteger — Programa Nacional de Prevenção da Violência e Criminalidade Infanto-Juvenil”. (Estado de Minas, 2018).

A respeito do Programa Proteger não há muitos registros e nem site oficial na internet. Porém, o procurador é proprietário de um website intitulado “Infância e Família”. No site, são disponibilizadas palestras acerca de temas como família direcionados a pais e mães e materiais didáticos em quadrinhos para crianças. Entre os artigos mais acessados no site estão: “Não existem crianças transexuais!”, “As Famílias estão sendo enganadas!”, “Projeto de Lei Municipal Infância Sem Pornografia”, “Músicas Pornográficas: abuso sexual cantado”, “Crianças devem ser respeitadas em todo o território nacional, inclusive museus e bienais.”

Ao falar em ativismo conservador, é necessário afirmar que além de evangélicos, existe uma ala conservadora da igreja católica que também se une às pautas conservadoras e dá sustentação à Bancada Evangélica. Dois representantes do catolicismo aliado a Feliciano e que também participaram das audiências públicas da CDHM durante a gestão do Pastor foram o Padre Paulo Ricardo e o Professor Hermes Rodrigues Nery.

O Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, ligado à Arquidiocese de Cuiabá (MT), é conhecido como um nome do conservadorismo católico. De acordo com o *Blog do Reinaldo*

Azevedo, em 2012, uma ala progressista da Igreja Católica de Cuiabá já pedia a cassação do Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior.

Em uma postagem do site *Mídia Ninja* (2021) sobre o Padre, o colunista Fabio Py afirma:

sua figura pública mobiliza esses dois mundos católicos (catolicismo conservador e RCC – Renovação Carismática Católica), além de ser uma persona midiática, antenada em múltiplas redes sociais e sites, agremiando milhares de seguidores (...) o padre é uma figura que é recorrentemente citada por Bolsonaro, servindo como “intelectual teológico” para a mentalidade persecutória do estado cerceador brasileiro. (PY, 2021).

Hermes Rodrigues Nery é Coordenador da Comissão Diocesana em Defesa da Vida da Diocese de Taubaté desde 2005. Em seu blog pessoal, apresenta-se como escritor, professor, jornalista e político, presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sapucaí (SP), biênio 2009/2010, e filiado ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS) (NERY, 2021). Em entrevista ao Blog Monarquia Já, Hermes conta que abriu um pedido de beatificação da Princesa Isabel por considerá-la uma mulher santa na história do Brasil: “O movimento em defesa da vida hoje reforça o pensamento da doutrina social cristã que a Princesa Isabel teve como base para as suas ações pessoais e públicas”. (BLOG MONARQUIA JÁ, 2011)

De acordo com o Portal Convergências, Hermes também foi cotado para ser Ministro da Educação do Governo Federal. “Coordenador do Movimento Legislação e Vida (...) atualmente filiado ao PSL. Seu nome tem sido ventilado nos bastidores e nas redes sociais, contando com o fato de estar filiado ao mesmo partido do Presidente eleito Jair Bolsonaro” (CONVERGÊNCIAS, 2018).

Com os mesmos fundamentos conservadores, Damares Alves, Guilherme Schelb, Padre Paulo Ricardo e o Professor Hermes Rodrigues Nery aparecem nas audiências públicas da CDHM em 2013 a convite de Marco Feliciano. São nomes que passaram a ser reconhecidos e acolhidos no espaço público para expressarem suas noções a respeito de direitos humanos. Com a presença e o direito à fala desses atores, representantes do conservadorismo evangélico na sociedade civil, as audiências públicas da CDHM em 2013 passaram a ser um espaço que abrigou o conceito de direitos humanos sob a perspectiva conservadora, ressaltando as pautas morais. Essa militância ascendeu juntamente com Feliciano, conquistando espaços políticos decisórios acerca dos rumos da democracia. Os discursos apresentados por esses atores serão tratados no capítulo a seguir.

4 O ATIVISMO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As audiências públicas ocorridas na CDHM durante a gestão de Feliciano tiveram um papel importante para a visibilidade pública do conservadorismo evangélico: elas forneceram um espaço institucional para a discussão dos temas que antes eram discutidos nos espaços religiosos, temas centrais do projeto conservador que agora serão enquadrados pela discussão dos direitos humanos. As audiências promovem nomes de lideranças presentes no ativismo evangélico e reconhecem estes como interlocutores relevantes, representantes da sociedade civil conservadora, no debate dos direitos humanos.

Cabe, nesta abordagem, ressaltar a importância audiências públicas, pois são nessas reuniões que membros da sociedade civil penetram a sociedade política, tendo o poder de exercer na institucionalidade a participação e a ação política. Conforme César (2011), a audiência pública:

é um instrumento colocado à disposição dos órgãos públicos para, dentro de sua área de atuação, promover um diálogo com os atores sociais, com o escopo de buscar alternativas para a solução de problemas que contenham interesse público relevante [...] Nesse evento, também podem ser apresentadas propostas e críticas. (CÉSAR, 2011, p.359)

Além disso, cabe ressaltar aqui as regras de funcionamento dessas audiências públicas que acontecem na comissão. De acordo com o regimento interno da Câmara dos Deputados, para a execução de audiências públicas, todas as comissões permanentes estão sujeitas a algumas normas regimentais¹⁵, mas para esta pesquisa destacamos as normas a respeito da participação da sociedade e quem é o responsável por convidar estes atores e atrizes civis:

TÍTULO VIII DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

CAPÍTULO III DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 255. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.

Art. 256. Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas

¹⁵ Ver em Anexo 1 todas as normas de funcionamento das Audiências Públicas nas Comissões.

e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.

§ 1º Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião. (BRASIL, 2020)

Levando em conta o funcionamento das audiências, fica evidente, e deve-se ressaltar, que a participação dos membros da sociedade civil nesses eventos só acontece a convite do presidente da comissão. No caso em questão, o presidente é um pastor, autointitulado conservador e membro da bancada evangélica, assim como quase todos os membros e participantes da CDHM 2013. As fontes primárias e secundárias desta pesquisa não informam se houve convite do presidente da comissão para que opositores participassem dessas audiências. De todo modo, vale lembrar — como já citado nesta pesquisa — que em 2013, devido às polêmicas a respeito da imagem de Marco Feliciano, a ABGLT havia dito que se recusaria a participar de qualquer evento da CDHM enquanto a comissão estivesse sendo presidida pelo pastor. O relatório mostra que, nessas audiências, não há participação de opositores às pautas conservadoras, especialmente opositores que componham a sociedade civil.

Enfim, é o presidente da Comissão quem dá direito à fala nas audiências públicas. No caso aqui estudado, o Pastor e Deputado Marco Feliciano é quem conduz os atores e atrizes sociais que terão direito à fala nas audiências da comissão em 2013.

Devido à ausência de opositores nas audiências e a presença de atores e atrizes que se destacam na construção de um projeto conservador, darei ênfase aos personagens que compõem a Frente Parlamentar Evangélica e a seus aliados também autodenominados conservadores, os quais são favoráveis às ideias políticas do Deputado Pastor Marco Feliciano, pois estes contribuem para a efetivação de projetos políticos conservadores e de uma militância religiosa. Assim, de acordo com Machado, Vaggione e Biroli (2020):

A politização do religioso também se reconfigura com cristãos maximizando o uso de canais democráticos de participação para ampliar sua representação em espaço de discussão e deliberação das políticas sexuais, de gênero e da família. Assim, a política reativa desses atores religiosos mobiliza milhares de fiéis e tem grande impacto na formulação e aprovação de leis, na implementação de políticas públicas e nos processos eleitorais de vários países. (MACHADO, VAGGIONE e BIROLI, 2020, p. 189)

Tendo em vista a politização do religioso e a utilização dos canais democráticos para a ação política conservadora, apresentamos o perfil e algumas falas de atores civis e políticos, evangélicos e aliados que estiveram nas audiências públicas da CDHM em 2013. O olhar para essas audiências tem como objetivo analisar quem são e qual o perfil desses atores sociais que participaram desses eventos. Ou seja, aqui identificamos e analisamos quem participou, com direito à fala, daquelas audiências da CDHM, subsidiando a tomada de decisão que diz respeito diretamente aos rumos da democracia. As audiências dirigidas por Feliciano e pela bancada evangélica promoveram vozes, reforçando as bases de apoio do projeto conservador. Sendo assim, as audiências neste contexto têm o papel fundamental de reconhecer institucionalmente atores civis, acolher institucionalmente as pautas conservadoras e serem um espaço de ressignificação da ideia de direitos humanos em chave conservadora. Através da análise das audiências, cumprimos a tarefa de “estabelecer claramente os tipos de atores civis que analisamos, os espaços públicos em que se movem e os projetos que defendem” (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 23).

4.1 As Audiências Públicas da CDHM 2013

No relatório anual das atividades da CDHM da Câmara dos Deputados estão registradas as 23 audiências públicas que aconteceram em 2013. De acordo com o relatório, disponível no site da Câmara dos Deputados, em 2013, como já visto, a participação de evangélicos que compõem a sociedade civil foi marcante. Analisaremos em maior detalhe quatro dessas audiências — o recorte se justifica pelo fato de serem audiências sobre temas voltados a bandeiras conservadoras levantadas pelos ativistas evangélicos e por tratarem de assuntos que costumam mobilizar esses religiosos para a luta política. O destaque é dado às audiências com pautas que podem ser denominadas “temas morais”, os quais tratam de assuntos referentes aos interesses dos ativistas conservadores, e que levam, assim, ao embate entre ativistas conservadores e não conservadores, mobilizando o ativismo evangélico na esfera pública. As audiências destacadas são as seguintes:

1. “debater as ações, as propostas de iniciativa privada e políticas públicas para a valorização e proteção da família”
2. O problema da erotização de crianças através de imagens, de músicas nos meios de comunicações, cartilhas educativas e demais exposições
3. A violação dos direitos humanos do nascituro

4. “Discutir o aborto”

4.1.1 Audiência Pública realizada em 12/6/2013

Foi realizada audiência pública destinada a “Debater as ações, as propostas da iniciativa privada e as políticas públicas para a valorização e proteção da família”, objeto do Requerimento nº 44/2013, do Deputado Costa Ferreira (PSC-MA).

Essa audiência acontece no mês de junho de 2013, momento marcado pelas chuvas de protestos que vinham acontecendo nas ruas do Brasil. Enquanto isso, os evangélicos da CDHM debatiam a “valorização da família”. Mesmo com um número grande de civis conservadores nas ruas protestando em favor de causas familiares, essa audiência não consta nos registros das mídias de grande circulação nacional. O assunto estava sendo debatido sem uma participação justa da sociedade civil, pois só havia um representante desta, o qual participava do mesmo campo político conservador.

O requerente dessa audiência, deputado Costa Ferreira (PSC-MA), é membro da Igreja Assembleia de Deus, e fundou um movimento evangelístico que permeou quase todas as cidades do Maranhão, a “Missão Evangélica O Semeador”.

Integraram a Mesa: Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, Procurador da República no Distrito Federal; Paulo Tominaga, Presidente da Confederação Nacional de Entidades de Família (CNEF); Guilherme Schelb, Procurador Regional da República e Coordenador do Programa Proteger – Combate à Violência e Criminalidade; e Deputada Keiko Ota, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência.

Na audiência, destacou-se a importância da proteção da família e dos vulneráveis. Também foi abordada a dificuldade de buscar a responsabilização dos autores de violação aos direitos humanos e foi sugerida a expansão dos instrumentos de investigação para as instituições, a fim de melhorar a eficiência na responsabilização dos infratores (BRASIL, 2013).

Todos os atores e atrizes citados fazem parte da sociedade política. Ao mesmo tempo, são atores que borram as fronteiras Estado X sociedade, como é o caso de Guilherme Schelb, que representa a sociedade política como Procurador Regional da República e, ao mesmo tempo, representa a sociedade civil como Coordenador do Programa Proteger. Segundo a *Época* (2018) no site da Globo, Guilherme Schelb foi o primeiro cotado por Jair Bolsonaro para ser ministro da educação em seu governo. Uma das falas do procurador nessa audiência foi a seguinte:

Na Holanda nós temos um partido político, com representantes no Congresso, cuja única bandeira, a desse partido, é sexo entre homens e meninos. Na Alemanha temos o Ministério da Família, mas que família é essa? A Alemanha é um país muito importante, estratégico. Esse Ministério da Família alemão propôs, em 2001, como sugestão, que as meninas fossem masturbadas a partir dos 2 anos de idade, com uma justificativa nobre: a autoestima delas ser elevada [...] poderia citar os Estados Unidos, país em que há uma Associação Americana pelo Amor entre Homens e Meninos, que já está no Brasil, por sinal. (BRASIL, 2013)

Além disso, o procurador também concede entrevista ao canal do pastor Silas Malafaia¹⁶ falando acerca de seu projeto para combater a erotização de crianças e de palestras que ministrou sobre o assunto. Segundo uma publicação do El País (2018), naquele momento, “Malafaia não poupa elogios ao possível ministro. Mais, Malafaia afirma que a expressiva maioria da bancada evangélica deve publicar um documento em favor do procurador” para que Bolsonaro o nomeie como ministro, em virtude de sua posição alinhada aos conservadores em relação à “ideologia de gênero” e por ser ele frequentador da igreja Comunidade das Nações em Brasília (DELLA COLETTA, 2018). Com essas referências, fica evidente as estratégias de Feliciano ao convidar o procurador para as audiências da CDHM. Vale citar um trecho da fala de Feliciano nesta audiência se dirigindo ao Procurador Guilherme Shelb:

O senhor deve sofrer um pouquinho por aí com seus posicionamentos. Se eu soubesse de tudo isso, teria chamado o senhor no olho do furacão, e teríamos feito esta audiência pública quando estava toda a mídia aqui, porque aí eu repartiria com o senhor um pouquinho, o senhor apanharia também. (Risos.) Eu lembro-me de que no ano passado, aqui nesta Comissão de Direitos Humanos, eu participei de uma audiência pública em que os debatedores eram pessoas de autarquias, pessoas do Governo. O assunto era diversidade sexual na primeira infância, um assunto progressista, entre aspas, etc. e tal. Mas eu ouvi aqui alguns debatedores e pessoas que estavam presentes abordarem a situação de como se falar de sexo com crianças de até 6 anos de idade, e vi aqui, nesta mesma Comissão, as pessoas, os intelectuais, os representantes, as pessoas da mídia rirem, debocharem e aplaudirem, como se isso fosse o trivial, o natural. Havia até um professor, que estava ali atrás — eu lembro-me exatamente de onde ele estava, porque eu fui muito vaiado nessa audiência pública —, que disse que a questão da pedofilia é uma questão cultural [...] Pelo nosso posicionamento, meu, do Deputado Costa, do Deputado Eurico, do Deputado Bolsonaro, nós somos chamados aqui de retrógrados, somos chamados de ultraconservadores.

¹⁶ Pastor da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo e conhecido por ser o pioneiro da militância conservadora e evangélica no Brasil.

Bolsonaro foi chamado hoje no jornal de troglodita. (Risos.) Uma maldade! Ele não é nada disso. (BRASIL, 2013).

Fica evidente, assim, como essas audiências ajudaram a promover e a dar visibilidade a atores importantes no campo conservador.

4.1.2 Audiência Pública realizada em 25/6/2013

O problema da erotização das crianças através de imagens, de músicas nos meios de comunicações, cartilhas educativas e demais exposições, foi tema de audiência pública realizada em atendimento ao Requerimento nº 50/2013, do Deputado Pastor Eurico, pastor na Assembleia de Deus no Pernambuco, como já citado, que expôs essa erotização como um grande malefício para as crianças, que estariam precocemente despertando para as questões sexuais.

A mesa foi composta mais uma vez por Guilherme Schelb, Procurador Regional da República e coordenador do Programa Proteger; e Damares Regina Alves, advogada, educadora e coordenadora do Projeto Educacional do Programa Proteger, já citada no capítulo anterior.

Fundado pelo procurador, o Programa Proteger — Programa Nacional de Prevenção a Violência e Criminalidade Infante-Juvenil — conforme o website “Infância e Família” do procurador, tem por objetivo “harmonizar e integrar as intervenções dos órgãos públicos e privados, em questões de violência e criminalidade infante-juvenil”. (INFÂNCIA E FAMÍLIA, 2020)

O Procurador Guilherme Shelb representa a sociedade política com um procurador da República, mas também representa a sociedade civil como líder do Programa Proteger, ou seja, é um ator que representa a personificação desse trânsito entre Estado e sociedade civil. Cabe mais uma vez citar Dagnino, Olvera e Panfichi (2006):

[...] a passagem de dirigentes e ativistas da sociedade civil para posições de responsabilidade política nacional no Estado nem sempre produz um impacto democratizador sobre a política governamental, qual dependerá em grande medida do conteúdo do projeto que orienta a ação política desses atores. (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 70)

A citação acima se encaixa com a carreira de Damares Alves, que após participar dessas audiências como membro da sociedade civil — pastora e coordenadora do Programa

Educacional do Projeto Proteger, ela ministrava palestras sobre questões voltadas a infância e a proteção da família tradicional —, é nomeada no ano de 2015 como assessora parlamentar do Senador evangélico Magno Malta (PR-ES), ativista conservador da causa antipedofilia. Vale lembrar que em 2019 ela foi nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro como Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Desse conjunto, é visível que são “trajetórias que revelam que os projetos são resultado de processo de negociação e síntese entre a dimensão pessoal da vida e a dimensão coletiva dos atores civis analisados.” (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006, p. 70)

A mesa também foi composta por Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso, que reforçou o combate à violência contra a mulher no Brasil, começando pela educação dentro da família.

O Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) também teve direito à fala nessa audiência, e aproveitou a fala da pastora Damares para fazer uma crítica ferrenha à presidenta Dilma e ao seu governo, reforçando seus ideais conservadores:

Só uma crítica à Dra. Damares, uma crítica pesada, se me permite. Não falta bom senso nas escolas, mas no Governo. Uma mulher escolhe uma Eleonora Menicucci para ser Ministra, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, que declara, no Correio Braziliense, que não é porque ela tem mais de 60 anos — ela tem 69 — que não continua fazendo sexo com homens e mulheres e que o grande orgulho dela é ter uma filha gay [...] Se ela foi escolhida para ser Ministra, é sinal de que a Presidenta é uma pessoa que não tem qualquer consideração pela a família brasileira. Qualquer! Ponto final. Nós temos que matar a cobra. (BRASIL, 2013)

De modo geral, na audiência destacou-se a importância de fiscalizar a execução das políticas públicas brasileiras no combate à pedofilia e à erotização infantil. Houve apresentação de um vídeo com reportagens acerca da distribuição de cartilhas em escolas cujo conteúdo era impróprio para crianças e adolescentes. Foi mencionado que a erotização abusiva da infância é um processo que prepara o caminho para aceitação social do sexo com crianças e discutiu-se a naturalidade da violência doméstica, do abuso sexual, da pedofilia e do apelo sensual da publicidade e dos meios de comunicação. Foi sugerida a proposição de uma lei “antibaixaria” para proteção das crianças (BRASIL, 2013).



4.1.3 Audiência Pública realizada em 10/7/2013

Audiência Pública Realizada em 10/07/2013: A Violação dos direitos humanos do nascituro foi tema de Audiência Pública em atendimento ao Requerimento nº 45/2013, do Deputado Henrique Afonso (PV-AC).

Foram tratados assuntos referentes à proteção de mulheres vítimas de exploração sexual e aspectos constitucionais e jurídicos que tratam da proteção de direitos humanos, especialmente do nascituro, que é protegido pela Constituição Federal. A importância da defesa da vida e da família foi ressaltada (Relatório Anual da CDHM, BRASIL, 2013).

Essa é outra audiência que contou com a participação de líderes religiosos, como o Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, professor e mestre em Direito, que obviamente não é evangélico, mas é aliado ao pensamento conservador da bancada evangélica. De acordo com Biroli, Machado e Vaggione (2020), “o neoconservadorismo católico é inflexível quanto à questão do aborto, uma vez que não há, dessa perspectiva moral, possibilidades de exceções a sua criminalização.” (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, p. 29, 2020)

A audiência também contou com a presença do Deputado João Campos, autor do requerimento de instalação da CPI do aborto na Câmara dos Deputados (BRASIL, 2013).

O presidente da CDHM abre a audiência comunicando que, para que haja participação popular, ficaria disponível uma sala de bate papo no site “*e-democracia*” e assim, os deputados acessariam os *links* do bate papo pelos computadores da bancada.

O site “*e-democracia*” é um portal que “foi criado para ampliar a participação social no processo legislativo e aproximar cidadãos e seus representantes por meio da interação digital”

(E-DEMOCRACIA, 2020). O site transmite as audiências públicas da Câmara dos Deputados, dando oportunidade aos cidadãos de enviarem perguntas sobre o tema discutido. Porém, no site oficial só há registros de audiências a partir do ano de 2015.

Além disso, o presidente da comissão afirma que “raramente uma audiência pública move tantos deputados quanto essa moveu”, porém todos os deputados mencionados eram homens membros da bancada evangélica, de ideais conservadores a respeito do corpo da mulher.

O requerente, Deputado Henrique Afonso, apresenta na audiência um vídeo extraído do *Youtube* que apresenta falas fictícias de um nascituro, com o objetivo de sensibilizar os participantes.

O Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior pertence ao clero da Arquidiocese de Cuiabá (MT) e, desde 2002, é membro do Conselho Internacional de Catequese (Coincat) da Congregação para o Clero. O conselho de catequese tem um forte poder de influência na formação de adeptos, pois é uma organização que tem como função o ensino das doutrinas da fé e os demais assuntos religiosos da crença católica.

É autor de diversos livros e apresenta semanalmente o programa “Oitavo Dia”, pela Rede Canção Nova de Televisão”. Aqui vale ressaltar a influência do Padre na mídia —as conexões com as mídias são fortes instrumentos de mobilização da sociedade civil em prol de causas, como a “Rede Canção Nova”, cujos telespectadores são católicos praticantes.

O registro da audiência está disponível no canal do e-democracia no Youtube. Durante sua fala, o Padre afirma: “estou aqui como cidadão brasileiro que quer ser voz para uma população enorme, seja de católicos, evangélicos, espíritas que nesse país em sua maioria é a favor da vida e contra a legalização do aborto.” (E-DEMOCRACIA, 2013) Já mais à frente, em 2019, segundo o portal *Congresso em Foco* do UOL, “O presidente Jair Bolsonaro divulgou um vídeo em que o padre Paulo Ricardo de Azevedo Junior defende o direito da população ao armamento.” Além disso, o mesmo site divulga que o Padre Paulo Ricardo “apoiou a candidatura de Bolsonaro à Presidência e é conhecido por seus discursos contra a esquerda e o PT. Devido à sua militância, ficou conhecido como o “Malafaia dos católicos” (CONGRESSO EM FOCO, 2019). De acordo com uma recente análise do canal Mídia Ninja a respeito do comportamento do Padre:

Um dos seus posicionamentos mais conhecidos é sobre a questão da liberalização das armas de fogo no país. Justifica-o assim: “Bom, numa abordagem superficial, você pode pegar o catecismo a respeito da guerra, e você irá encontrar ali uns parágrafos bem suculentos na mão, àqueles que são a favor do desarmamento (...) A igreja é a favor do desarmamento. Errado, luz vermelha para você” Afirma que a Igreja

não é a contra o armamento da população apenas no “contexto bem específico de corrida armamentista (...) Igreja é a favor de diminuir essas armas tão letais, de armas de destruição em massa (...) Entendamos meu irmão: o cristão é pacífico, não pacifista”. (PY, 2021)

À luz desses fatos, o Padre Paulo Ricardo de Azevedo Junior se caracteriza como um forte aliado da bancada evangélica na CDHM, pois, além dos parlamentares evangélicos mobilizarem atores civis evangélicos, com essa aliança, eles são capazes de mobilizar um padre influente e conseqüentemente os católicos conservadores.

O Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), ao tomar a palavra nessa audiência, manifestou apoio ao Padre Paulo Ricardo. Repetindo a mesma fala que havia feito na audiência pública para “discutir o problema da erotização das crianças através de imagens, de músicas nos meios de comunicações”, cartilhas educativas e demais exposições e mencionada anteriormente nessa pesquisa. Analisando o ataque sequencial e em tom ríspido feito pelo deputado Bolsonaro à Ministra da Secretaria de Política para Mulheres, faço referência mais uma vez a Biroli (2018), que é capaz de definir a reação conservadora fazendo-nos enxergá-la no espaço da CDHM em 2013:

A relação entre “desdemocratização”, precarização e a mobilização de “pânicos morais” com objetivos políticos ainda precisa, parece-me, ser melhor pesquisada. Não se trata de uma grande conspiração, mas de movimentos que convergem e definem novos padrões para a seletividade das democracias existentes. As inseguranças assim gestadas também funcionam como fonte ativa de legitimidade para políticas de repressão e para a militarização. Enquanto a dimensão garantidora do Estado é reduzida, sua dimensão repressiva se expande e a militarização aparece como remédio aceitável, ainda que perverso e ineficaz, para se lidar com os conflitos sociais. (BIROLI, 2018, p. 90)

Também esteve presente o Deputado Arolde de Oliveira (DEM-RJ), que tomou a palavra somente para dizer que concorda com todos os outros deputados e também com o Padre, e além disso, menciona que “se nós fizemos o exercício da autoridade, a ordem seria recuperada” (BRASIL, 2013). Arolde de Oliveira em 2018 foi eleito Senador pelo Rio de Janeiro.

O líder da bancada evangélica naquele momento, Deputado Paulo Freire (PR-SP), também esteve presente na audiência. O Deputado Takayama (PSC-PR) também teve direito à fala e, em sua oportunidade, criticou católicos e evangélicos que se intitulam progressistas.

A última atualização da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, no seu site oficial, declara que esta audiência pública fica arquivada. Em 2015, o Presidente comunicou

o arquivamento de todos os requerimentos aprovados, rejeitados e não deliberados apresentados na legislatura passada.

A imagem a seguir é de uma audiência realizada para decidir os rumos do que diz respeito ao corpo das mulheres. Para que o debate a respeito do assunto fosse justo, deveria haver a presença de opositores à bancada evangélica. Porém, podemos ver que os presentes na audiência, principalmente com direito a fala, são, na maioria homens, e homens de ideais conservadores.

A única parlamentar presente na audiência é a deputada Lilian de Sá (PROS-RJ), segunda vice presidente da CDHM, que tem direito a uma fala de três minutos, concedida por Feliciano — que ironizou, dizendo que a deputada *“já falou demais”*, ao que a mesma responde em tom de brincadeira: *“é assim que as mulheres são tratadas nessa casa”*. A deputada, em sua fala, se posiciona *“favorável à vida”*, mas também pauta sua fala a respeito de sua luta contra a exploração sexual infantil.



A ausência de opositores nessa audiência pública, inclusive mulheres opositoras, pode ser explicada a partir da recente análise de Biroli (2020):

Seria um reconhecimento dos deslocamentos provocados pela crítica e pela atuação política feminista, conjugadas a mudanças sociais profundas nas últimas décadas? Pensamos que a resposta é sim. A disputa entre moralidades se estabelece de modo a caracterizar o feminino como inimigo político, mais do que como adversário com quem se disputa. Não se trata, é claro, de esperar que perspectivas morais tão distintas pudessem transformar-se em consensos mediados na esfera política. O ponto é outro. Estamos lidando com direitos individuais, o que nos leva a situar uma política como essa, que constrói

o adversário como inimigo que ameaça toda a sociedade, além das bordas do próprio liberalismo. Além de iliberal, ela pode também ser definida como antidemocrática. (BIROLI, 2020, p. 174)

4.1.4 Audiência Pública realizada em 04/12/2013

As bases sociais institucionais e não institucionais que sustentaram a gestão do Pastor Marco Feliciano na CDHM são contrárias às bandeiras feministas, as quais dizem respeito aos direitos da mulher sobre o próprio corpo, tema que efervesceu o embate entre evangélicos e feministas na gestão do Pastor na Comissão. Nesse período, acontece essa outra importante audiência pública relacionada ao embate entre forças conservadoras e feministas: a audiência pública ocorrida em 04/12/2013 para “Discutir o aborto”, requerida pelo presidente da CDHM Dep. Pastor Marco Feliciano.

O depoente convidado foi Hermes Rodrigues Nery — Coordenador da Comissão Diocesana em Defesa da Vida da Diocese de Taubaté (SP). Desde 2005, Hermes acompanha os projetos de lei referentes à família no Congresso Nacional.

A audiência também contou com a presença de Thereza de Lamare Franco Netto, Diretora Substituta do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, que mesmo sendo representante do Ministério da saúde no governo Dilma, não se posicionou favorável e nem contrária à legalização do aborto, mas somente apresentou dados em relação ao número de abortos no Brasil e à violência contra a mulher.

Conforme a redação final da audiência pública, disponível no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados, a reunião contou novamente com a presença da Pastora Damares Alves, que iniciou sua participação com a seguinte fala:

eu não posso deixar de registrar os meus cumprimentos pela realização desta audiência sobre um tema tão polêmico. Esta Comissão já falou de direitos humanos de negros, de quilombolas, de índios, de doentes mentais, de contaminados pelo chumbo, de presos injustamente, da menina Duda, de erotização infantil. Se quiséssemos, talvez não conseguíssemos lembrar tudo o que esta Comissão fez este ano. E ela está fechando com chave de ouro, ao falar dos direitos daqueles que não nasceram, que estão por nascer. Parabéns, Deputado! Eles têm direito à vida. (BRASIL, 2013)

Quando os atores se posicionam em “defesa da vida”, é importante retomar a seguinte consideração:

Se o pressuposto dos Direitos Humanos é o direito à vida, não se pode admitir nem a pena de morte e os demais castigos cruéis e degradantes, porque isso é diretamente atentado contra a vida, e nem a exploração desumana do trabalho, porque isso incide diretamente sobre o direito à dignidade. (SOARES, p. 08, 2013)

O Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) nesta audiência também teve direito à fala e mais uma vez o parlamentar repete o discurso das duas audiências anteriores de crítica à Ministra Eleonora Menicucci, do governo Dilma. Os Deputados João Campos (PSDB-GO), Arolde de Oliveira (DEM-RJ) e a Deputada Liliam Sá (PRÓS-RJ) mais uma vez também fizeram o uso da fala.

Cabe aqui também mencionar o discurso da Deputada Antonia Lúcia (PSC- AC): “o meu registro e o meu repúdio ao Governo Dilma. [...] O Governo tem nome, e o nome é PT. Quem representa este Governo é a Presidenta Dilma, que, como mulher, deveria se sentir nessa condição”. (BRASIL, 2013)

O quadro a seguir mostra essas audiências públicas, separando de forma concreta os membros da sociedade civil e os membros da sociedade política que transitam e penetram nas fronteiras entre Estado e sociedade:

Quadro 3 – Divisão de sociedade política e sociedade civil na CDMH 2013¹⁷

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	SOCIEDADE POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL
“Debater as ações, as propostas da iniciativa privada e as políticas públicas para a valorização e proteção da família” (12/6/2013)	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Costa Ferreira (PSC – MA) • Deputada Keiko Ota (PSB – SP), Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência • Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, Procurador da República no Distrito Federal • Guilherme Schelb, Procurador Regional da República 	<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Tominaga, Presidente da Confederação Nacional de Entidades de Família – CNEF • Guilherme Schelb, Procurador Regional da República e Coordenador do Programa Proteger – Combate à Violência e Criminalidade
O problema da erotização das crianças através de imagens, de músicas nos meios de comunicações, cartilhas educativas e demais exposições (25/6/2013)	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Pastor Eurico (PSB – PE) • Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) • Guilherme Schelb, Procurador Regional da República 	<ul style="list-style-type: none"> • Guilherme Schelb, Procurador Regional da República e Coordenador do Programa Proteger • Damares Regina Alves, Advogada, Educadora e Coordenadora do Projeto

¹⁷ Ver em Anexo 2 o quadro com a divisão de sociedade política e sociedade civil em todas as audiências.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	SOCIEDADE POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL
	<ul style="list-style-type: none"> • Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso 	Educacional do Programa Proteger
A Violação dos direitos humanos do nascituro (10/7/2013)	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Henrique Afonso (PV - AC) • Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) • Deputado João Campos (PSDB – GO) 	<ul style="list-style-type: none"> • Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior
“Discutir o aborto” (04/12/2013)	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) • Deputado Jair Bolsonaro (PP – RJ) • Deputado João Campos (PSDB – GO) • Deputado Arolde de Oliveira (DEM – RJ) • Deputada Antonia Lúcia (PSC – AC) • Deputada Liliam Sá (PR – RJ) • Thereza de Lamare Franco Netto, Diretora Substituta do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Hermes Rodrigues Nery, Coordenador da Comissão Diocesana em Defesa da Vida da Diocese de Taubaté – SP • Damares Regina Alves, Advogada, Educadora e Coordenadora do Projeto Educacional do Programa Proteger

Tendo apresentado as principais audiências públicas¹⁸ acontecidas na CDHM em 2013, vale destacar que, segundo a regra de funcionamento das audiências públicas na comissão, quem convida os membros da sociedade civil é a própria diretoria da comissão. A CDHM é quase toda composta pelos deputados da bancada evangélicas. É a partir desse fato que continuo a reflexão a respeito dos atores sociais que participaram com direito à fala dos principais eventos que dizem respeito aos rumos da democracia. Retomando Abers e Bulow (2011) e seu olhar a respeito da “política de conflito”, podemos citar:

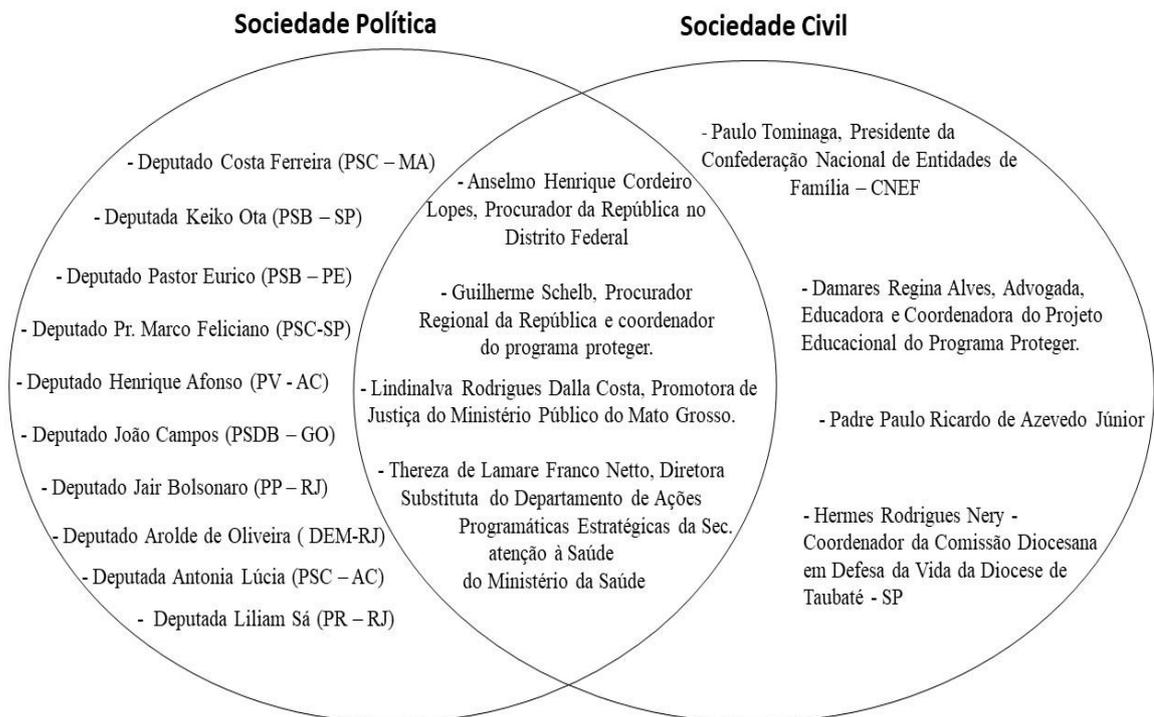
episodic, public, collective interaction among makers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims and (b) the claims would, if realized, affect the interests of at least one of the claimants (McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles, 2001, p 5. *apud* ABERS, 2011, p.60)

¹⁸ Ver em Anexo 3 as outras audiências ocorridas em 2013 na CDHM.

Nesse caso, a função de uma audiência pública deveria ser causar uma interação conflituosa entre os atores, para que haja uma discussão “justa” a respeito dos assuntos referentes as decisões políticas. Nas audiências aqui analisadas, isso não acontece.

Abaixo, destaco os principais atores sociais que marcaram presença nas audiências públicas da CDHM de 2013:

Diagrama 1 – A interface dos atores sociais



O diagrama acima destaca as figuras políticas e civis. Os atores que compõem o centro da figura são convidados para representar a sociedade civil nas audiências públicas estudadas, porém estes também compõem a sociedade política, tornando-se nesta pesquisa a personificação do quanto, na construção e na defesa de projetos políticos, as fronteiras entre Estado e sociedade civil ficam nubladas.

4.2 As audiências e o projeto de resignificação dos direitos humanos

Como direitos humanos — o mote político da CDHM — devemos entender que são:

aqueles direitos que são comuns a todos os seres humanos sem distinção alguma de etnia (antigamente se falava raça, hoje o conceito de raça

está superado), de nacionalidade, de cidadania política, de sexo, de classe social, de nível de instrução, de cor, de religião, de opção sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral, são aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano. (SOARES, p. 07, 2013)

Os atores e atrizes conservadores da sociedade civil que tiveram direito à fala nas audiências públicas buscaram ressignificar o conceito de direitos humanos na chave dos temas religiosos.

O PNDH-3 elaborado em 2009 trouxe à tona a ampliação dos direitos humanos, inclusive nas causas a respeito de diversidade. Em 2013, sob a presidência de Feliciano, a CDHM, que tem por função abordar temas afeitos aos direitos humanos, foi o palco para que essa discussão fosse feita a partir da chave religiosa. O que o PNDH-3 trouxe como medidas humanitárias emergenciais, os aliados de Feliciano ressignificaram, carregando o sentido de direitos humanos para o berço de sua moralidade. Um exemplo disso é a audiência pública para discutir o aborto na qual a pastora Damares Alves trata do “direito daqueles que ainda não nasceram”, enquanto o PNDH-3 mencionava o aborto como um “tema de saúde pública”. São os direitos humanos transportados para as causas que lhes convém no âmbito do ativismo político e religioso.

Sobre essas causas, devemos explicar os temas que estavam em jogo. O conservadorismo carrega em seu discurso um ideal de família, conceituado a seguir por Machado, Vaggione e Biroli (2020):

Um dos aspectos dessa defesa é o louvor a uma antiga ordem no qual os papéis de gênero seriam ‘mais claros’ e as mulheres cuidavam das demandas da vida familiar cotidiana enquanto os homens podiam ‘assumir os encargos da masculinidade’ [...] A apologia à ‘família convencional’ também está relacionada à maneira como é percebida a divisão do trabalho e das responsabilidades — em outras palavras a reprodução social. (MACHADO, VAGGIONE E BIROLI, p.149, 2020)

Assim, a CDHM passou a ser um espaço de acolhimento institucional do conceito de família conservadora — nuclear, heterossexual e reprodutora —, sendo um espaço de ressignificação da ideia de direitos humanos que engloba a função da mulher em chave conservadora. O projeto de família tradicional abrange o direito de ter a mulher como reprodutora e constituinte da esfera privada. Consequentemente, a CDHM na gestão de Feliciano teve o papel de reconhecer institucionalmente os atores civis que defendiam o conceito de família conservadora.

Os atores que se aliaram a Feliciano em 2013, e que participaram das audiências na CDHM, num momento político efervescente no Brasil, acabaram desempenhando no período posterior forte protagonismo — como o “papagaio de pirata” Jair Bolsonaro, que chegou à Presidência da República em 2019, ou a Pastora Damares, hoje ministra, entre outros que foram cogitados para estar em postos de comando no Governo Federal. Sugerimos que esses atores desempenharam um papel importante em 2013 nas audiências da CDHM na disputa pela ressignificação da ideia de direitos humanos. Tal disputa ganha ênfase porque a CDHM é o espaço institucional próprio para o debate sobre direitos humanos e sua ocupação por aqueles atores permitiu o acolhimento desse debate sob chave conservadora. As audiências públicas da CDHM proporcionam o acolhimento institucional aos evangélicos membros da sociedade civil e o acolhimento institucional da agenda conservadora dos deputados evangélicos membros da CDHM.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho, baseado em pesquisa bibliográfica e documental, procurou compreender qual foi o papel desempenhado pela presença de um evangélico conservador na presidência da CDHM em 2013 para o fortalecimento do projeto conservador na sociedade brasileira, que saiu vitorioso nas urnas em 2018. Sugerimos que a presidência de Feliciano na CDHM colaborou para o deslocamento deste projeto dos bastidores da política para as disputas centrais do cenário brasileiro.

Como vimos, a população evangélica veio crescendo no Brasil e, paralelamente a esse crescimento, a bancada evangélica também veio aumentando seu espaço na institucionalidade. Mas, desde a Constituinte até o final dos anos 90, os evangélicos conservadores buscavam evitar um “rótulo” ideológico, procurando se associar à bandeira mais ampla da anticorrupção. A partir de 2003, com a criação da Frente Parlamentar Evangélica, iniciou-se um movimento em que os parlamentares evangélicos passariam a se afirmar como portadores de um rótulo ideológico, transportando o projeto conservador dos bastidores para o centro das disputas políticas nacionais.

No percurso deste processo, alguns momentos foram importantes: 1º) a própria criação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003, que institucionalizou os deputados evangélicos no Congresso Nacional; 2º) a presença dos conservadores evangélicos na discussão do novo código civil, também em 2003, já que acreditavam que igrejas seriam fechadas e cultos proibidos; 3º) o lançamento do programa Brasil Sem Homofobia, atacado pelos conservadores que enxergavam o projeto como uma ameaça à família tradicional e a educação, em 2004; 4º) a elaboração do terceiro Programa Nacional de Desenvolvimento humano (PNDH-3) em 2009, que trouxe à tona assuntos como aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, etc.; 5º) as eleições de 2010, pautadas por temas morais como a descriminalização do aborto e as quais resultaram no maior número de parlamentares evangélicos eleitos até aquele momento, inclusive o deputado Pastor Marco Feliciano; e, finalmente, 6º.) a chegada de um evangélico conservador à CDHM, em 2013.

Assim, nosso argumento é o de que 2013 foi o auge de todo esse processo que transportou o projeto evangélico conservador dos bastidores para o palco principal da política brasileira, fortalecendo sua audiência receptiva na sociedade e aumentando sua presença política no Estado.

Se, ao longo desse processo, as bandeiras e o rótulo de conservador foram sendo incorporados publicamente pelo ativismo evangélico, em 2013, a chegada de Feliciano à

presidência da CDHM, num momento político efervescente no país, aumentou significativamente a visibilidade nacional para o projeto e as posturas conservadoras. Como vimos, Feliciano já tinha uma trajetória de visibilidade nacional no meio conservador: fitas cassetes, CDs e DVDs de pregações pentecostais que atingiram recorde de vendas no meio gospel, álbuns de música gospel até mesmo pela MK Music, o programa de TV Tempo de Avivamento transmitido pela Band, suas passagens pelo congresso dos Gideões Missionários da Última Hora (GMUH), o Glorifica Litoral, e diversas igrejas de grande porte. À medida em que sua presença na CDHM gerava polêmica na sociedade, ganhando as manchetes das mídias, a militância da base social conservadora era ativada e mobilizada a defender seu representante.

O movimento foi cíclico. A aparição de Feliciano nas manchetes dos principais veículos de mídia diante das polêmicas de sua chegada à CDHM ativou sua receptividade em eventos de igrejas evangélicas, e conseqüentemente, ativou esses mesmos fiéis a se posicionarem politicamente como aliados do pastor. O deputado Marco Feliciano colhia os frutos de sua popularidade prévia como pastor e, ao mesmo tempo, como presidente da CDHM, ativava e fortalecia as bases sociais do conservadorismo na sociedade. Não à toa, seu nome foi ferreamente defendido pelo seu partido e aliados em 2013 como presidente daquela comissão, mesmo diante de tantas divergências e polêmicas. Ele era novato no parlamento naquele momento, poderia catalisar a causa anticorrupção e, sobretudo, mobilizar e ativar as bases sociais do conservadorismo na sociedade, dada a sua prévia popularidade.

Com isso, uma vez dentro da CDHM, Feliciano promove seus aliados como interlocutores reconhecidos institucionalmente na discussão dos direitos humanos na chave religiosa conservadora, conseqüentemente ativando o orgulho do rótulo de conservador entre os ativistas evangélicos.

O espaço da CDHM passou a abrigar atores autointitulados conservadores, em sua maioria evangélicos, conseqüentemente abrigando seus discursos a respeito dos direitos humanos. O espaço da CDHM torna-se, então, um local de ressignificação do conceito de direitos humanos, como foi abordado no capítulo sobre as audiências públicas. A utilização de um espaço democrático para conceder o direito à fala aos aliados de Feliciano significou transportar a discussão sobre os direitos humanos para o viés moral conservador.

Assim, 2013 fica marcado pelo reconhecimento institucional das pautas conservadoras na discussão dos direitos humanos. Os acontecimentos da CDHM em 2013 foram essenciais para o fortalecimento das bases de apoio ao projeto político conservador, ao mesmo tempo em que ajudaram a promover atores que se tornariam fundamentais posteriormente para esse projeto.

Foi um momento em que a agenda conservadora protagonizou o espaço institucional, com importantes desdobramentos posteriores.

A apresentação dessa análise, a partir das fontes documentais, só se tornou possível porque nosso olhar esteve aberto para captar a maneira como a sociedade civil e a sociedade política se conectam e como ocorre o trânsito de projetos e atores nessas duas esferas: a presença e as tomadas de decisões do pastor Marco Feliciano, um deputado conservador na presidência da CDHM, e seus demais aliados — sendo estes, atores institucionais ou atores civis —, fortaleceram o conservadorismo evangélico na política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; VON BULOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**. Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

ABGLT. História da ABGLT. [S.I.] ABGLT, 2021. Disponível em: <https://www.abgl.org/historia>

ALENCAR, Gedeon. **Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)**. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

AZEVEDO, Reinaldo. Sob protestos, Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. **Revista Veja**, São Paulo, 07/03/2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/sob-protestos-marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos-da-camara/> acesso em 01/02/2021 acesso em 15/09/2020.

BRAGA, Isabel. Pastor Marco Feliciano assume Comissão de Direitos Humanos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07/03/2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pastor-marco-feliciano-assume-comissao-de-direitos-humanos-7767447> acesso em 01/02/2021 acesso em 15/09/2020.

BALZA, Guilherme. Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado". **UOL Notícias**, São Paulo. 31/03/2011 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm> acesso em 01/11/2020

BIROLI, Flávia. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 61, n. 1, p. 83-94, 2018.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BLOG MONARQUIA JÁ. Entrevista exclusiva com o professor Hermes Rodrigues Nery sobre o pedido do início do processo de beatificação da Princesa Dona Isabel. **Blog Monarquia Já**, 2011. Disponível em: <http://imperiobrasileiro-rs.blogspot.com/2011/11/entrevista-exclusiva-com-o-professor.html> acesso em 13/04/2021.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Deputados que compõem a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>

_____. **Relatórios Anuais da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara**. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/relatorios-de-atividades/relatorios-anuais>

_____. **Redação final da Audiência Pública para discutir o aborto.** Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/documentos/notas-taquigraficas/4-12-2013-reuniao-ordinaria-e-audiencia-publica/view>

_____. **Normas regimentais sobre audiências públicas.** Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/audiencias-publicas/Normas%20Regimentais>

_____. **Histórico e atribuições da CDHM.** Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/conheca-a-comissao>

_____. **Biografia da Deputada Antônia Lúcia (PSC/AC).** Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/123756/biografia>

_____. **Debate sobre as ações e propostas da iniciativa privada e as políticas públicas para valorização e proteção da família.** Notas taquigráficas da audiência pública. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0751/13&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0>

_____. **Debate sobre o problema da erotização das crianças através de imagens, músicas nos meios de comunicações, cartilhas educativas e demais exposições.** Notas taquigráficas da audiência pública. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0832/13&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0>

_____. **Pastor Marco Feliciano é eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos.** Brasília, Câmara dos Deputados, 07/03/2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/397509-pastor-marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos/>

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Brasil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm acesso em 06/05/2021.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, p. 28, 2019.

BURITY, Joanildo. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. *In*: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos (Orgs.). **Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, p. 173-213, 2006.

CALADO, Silvia; FERREIRA, Cristina. Análise de Documentos: Métodos de Recolhas e Análise de Dados. **Metodologia da Investigação I**, DEFCUL, 2004/2005.

CAREZIA, Marcio. **O ativismo evangélico no Brasil**. Relatório Final de Pesquisa – Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/UEM, 2020.

CASSOTTA, Priscilla Leine. Uma análise do comportamento dos deputados evangélicos no Legislativo brasileiro. **E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, p. 75-101, 2016.

CHAGAS, Tiago. Pastor Marco Feliciano rebate críticas feitas a ele por ter dito que “Jesus deu carro” para sua filha: “A inveja cega as pessoas”. [S.I.] **Portal Gospel Mais**, 13/12/2013. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/pastor-marco-feliciano-rebate-criticas-inveja-cega-pessoas-63366.html> acesso em 22/04/2021.

COELHO, Marco. Como Feliciano chegou à presidência da CDH. **Congresso em Foco**. [S.I.] 09/03/2013. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/como-feliciano-chegou-a-presidencia-da-cdh/> acesso em 03/10/2020

CONGRESSO EM FOCO. Bolsonaro divulga vídeo de padre defensor do armamento. “Cristão não é pacifista”, diz religioso. **Congresso em Foco**, 07/01/2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/seguranca-publica/bolsonaro-divulga-video-de-padre-defensor-do-armamento-cristao-nao-e-pacifista-diz-religioso/> acesso em 03/10/2020.

CONVERGÊNCIAS. Integrante da Coalizão Convergências é cotado para Ministro da Educação. **Portal Convergências**. Disponível em: <https://convergencias.org.br/integrante-da-coalizao-e-cotado-para-ministro-da-educacao/> acesso em 13/04/2021.

CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 241-256, 2010.

CUNHA, Magali. Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. **Fronteiras - Revista de Teologia da Unicap**, [S.I.], v. 3, n. 1, p. 40-65, jun. 2020.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. *In*: **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**, Paz e Terra, p. 13-91, 2006.

DUARTE, Rachel. PT e movimentos LGBT repudiam indicação de pastor para comissão da Câmara Federal. **Portal Sul21**. 05/03/2013. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2013/03/pt-e-movimento-lgbt-repudiam-indicacao-de-pastor-para-comissao-da-camara-federal/> acesso em 15/05/2021

DELLA COLETTA, Ricardo. Malafaia: “Guilherme Schelb não tem medo de tocar onde a esquerda se perpetuou na Educação”. **El País**, Brasília, 22/11/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542903507_599316.html

E-DEMOCRACIA. **Audiência Pública - Violação dos direitos humanos do nascituro 10/07/2013**. Fala do Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior. Youtube, Canal E-Democracia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Bnx1DTeW9w>

ÉPOCA. Cotado para Educação, procurador Guilherme Schelb já foi punido por Conselho do Ministério Público. [S.I.] **Revista Época**. 22/11/2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/cotado-para-educacao-procurador-guilherme-schelb-ja-foi-punido-por-conselho-do-ministerio-publico-23252260> acesso em 15/11/2020.

EXAME. Dilma nega apoiar aborto e se diz a favor da vida. [S.I.] **Revista Exame**, 10/10/2010. Disponível em: <https://exame.com/mundo/dilma-nega-apoiar-aborto-se-diz-favor-vida-603080/> acesso em 15/05/2021.

FREITAS, Emanuel. “Digas ‘não’ e salvar-te-emos pela coalizão”: pressão, patrulhamento e desagendamento nas relações entre a bancada evangélica e Dilma Rousseff. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 13, 2012.

FRESTON, Paul Charles. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado em Sociologia – IFCH, Unicamp. Campinas, SP, 1993. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279821>.

G1. Saiba o que Dilma, Serra e Marina já disseram sobre o aborto. **Portal G1**, São Paulo, 07/10/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/saiba-o-que-dilma-serra-e-marina-ja-disseram-sobre-o-aborto.html> acesso em 05/01/2021.

GMUH. **Gideões Missionários da Última Hora**. Homepage. GMUH, 2021. Disponível em: <https://www.gideoes.com.br/>

GONÇALVES, Marina Bertoli. **A territorialidade Pentecostal: o estudo de caso dos Gideões Missionários da Última Hora (GMUH) em Camboriú/SC**. Dissertação de Mestrado (Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental), Centro de Ciências da Educação e Humanas, UDESC. Florianópolis, 2018.

GONÇALVES, Rafael Bruno. A atuação de Marco Feliciano na comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). **Mandrágora**, v. 23, n. 2, p. 205-245, 2017.

GOSPEL PRIME. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/marco-feliciano-eleito-comissao-direitos-humanos/> acesso em 05/10/2020

_____. Apoio à Petição de Marco Feliciano. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/peticao-marco-feliciano-comissao-direitoshumanos/> acesso em 05/10/2020

IBGE. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. [S.I.] **Agência IBGE Notícias**, 29/06/2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao> acesso em 01/05/2021.

JORNAL DO COMMERCIO. Comissão dos Direitos Humanos aprova 'cura gay'. **Portal NE10**. [S.I.] 18/06/2013. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2013/06/18/comissao-dos-direitos-humanos-aprova-cura-gay-87015.php> acesso em 09/03/2021.

LAFUENTE, Javier; BEDINELLI, Talita. Os evangélicos vão da aliança pragmática com o PT à conversão a Bolsonaro. **El País**, São Paulo, 15/10/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538930780_735803.html acesso em 12/04/2021. acesso em 10/05/2021

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. *In*: CHAMPAGNE, Patrick *et al.* (Orgs.). **Iniciação à prática sociológica**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, p. 59-106, 1996.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião & Sociedade**, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

_____. Aborto e Ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, n. 7, p. 25-37, 2012.

MALAFIA, Silas. **Entrevista com o Procurador Da República Guilherme Schelb**. Youtube, Canal Silas Malafaia Oficial. 16/03/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oFkKUJWnJII>

MARIANO, Ricardo. Deus é voto. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 8, n. 87, 2012.

_____. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 2, p. 77-99, jul./dez. 2006.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

MELO, Sydnei. Pelo centro, contra a esquerda: evangélicos, economia e política nos debates da Constituinte (1987-1988). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 33, p. 1-49, 2020.

MILLS, C. W. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MK MUSIC. **Marco Feliciano**. MK Music, 2021. Disponível em: <https://www.mkmusic.com.br/cast/marco-feliciano/> acesso em 01/08/2021

NÉRI, Felipe. Bolsonaro lança candidatura avulsa para Comissão de Direitos Humanos. **G1**, Brasília, 22/02/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/02/bolsonaro-lanca-candidatura-avulsa-para-comissao-de-direitos-humanos.html> acesso em 20/12/2020

NERY, Hermes. Biografia. **Blog Hermes Rodrigues Nery**. Disponível em: <https://professorhermes3133.wordpress.com/biografia/> acesso em 15/05/2021

ORO, Ari Pedro; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**. Porto Alegre. v. 11, n. 18, p. 11-38, 2010.

PASSARINHO, Nathalia. Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia. **Portal G1**, Brasília, 25/05/2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html> acesso em 01/06/2021.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo (Orgs.). **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, p. 163–191, 1996.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-95, 2001.

PRANDI, Reginaldo; DOS SANTOS, Renan William. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 187-213, 2017.

PROS. **Lilium Sá: Uma Deputada Que Defende Os Direitos Das Crianças E Dos Adolescentes**. [S.I.] Partido Republicano da Ordem Social – PROS. Disponível em: <https://pros.org.br/lilium-sa-uma-deputada-que-defende-os-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes/> acesso em 04/04/2021

PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: cavaleiro de batina do apocalipse pandêmico. [S.I.] **Mídia Ninja**, 01/02/2021. Disponível em: <https://midianinja.org/fabiopy/padre-paulo-ricardo-cavaleiro-de-batina-do-apocalipse-pandemico/> acesso em 12/04/2021

ROMAO, W.M.. **Nas Franjas da Sociedade Política: Estudo sobre o orçamento participativo**. Tese de Doutorado, USP. São Paulo, 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. **Cidadania e Direitos Humanos. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. 2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf> acesso em 20/06/2021

SUL21. “Ninguém ganha de nós no grito”, diz pastor do PSC sobre CDHM. **Portal Sul21**, 2013. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2013/03/ninguem-ganha-de-nos-no-grito-diz-pastor-do-psc-sobre-cdhm> acesso em 02/06/2021.

_____. Entidades cobram governo federal sobre Feliciano na Comissão de Direitos Humanos. **Portal Sul21**, 15/03/2013. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2013/03/entidades-cobram-governo-federal-sobre-feliciano-na-comisao-de-direitos-humanos/> acesso em 02/06/2021.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclo de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**. Florianópolis, vol. 13, nº 28 – set./dez. de 2014.

TV BRASIL. **Pastor Marco Feliciano é eleito para presidir Comissão - Repórter Brasil**. Canal TV Brasil, Youtube, 08/03/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VWz4B1tTi3E> acesso em 01/06/2021

Portal infância e família – Guilherme Shelb:
<https://infanciaefamilia.com.br/>

ANEXO 1 – REGRAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA O FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

DO COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO

Art. 219. O Ministro de Estado comparecerá perante a Câmara ou suas Comissões:

I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II - por sua iniciativa, mediante entendimentos com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 1º A convocação do Ministro de Estado será resolvida pela Câmara ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º A convocação do Ministro de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do Primeiro-Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada, aceita pela Casa ou pelo colegiado.

Art. 220. A Câmara reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Ministro de Estado.

§ 1º O Ministro de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Deputados; perante Comissão, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º Não poderá ser marcado o mesmo horário para o comparecimento de mais de um Ministro de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º O Ministro de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º Em qualquer hipótese, a presença de Ministro de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da sessão ordinária da Câmara.

Art. 221. Na hipótese de convocação, o Ministro encaminhará ao Presidente da Câmara ou da Comissão, até a sessão da véspera da sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º O Ministro, ao início do Grande Expediente, ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º Encerrada a exposição do Ministro, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreveram previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o Autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º Para responder a cada interpelação, o Ministro terá o mesmo tempo que o Deputado para formulá-la.

§ 4º Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 222. No caso do comparecimento espontâneo ao Plenário, o Ministro de Estado usará da palavra ao início do Grande Expediente, se para expor assuntos da sua Pasta, de interesse da Casa e do País, ou da Ordem do Dia, se para falar de proposição legislativa em trâmite, relacionada com o ministério sob sua direção.

§ 1º Ser-lhe-á concedida a palavra durante quarenta minutos, podendo o prazo ser prorrogado por mais vinte minutos, por deliberação do Plenário, só sendo permitidos apartes durante a prorrogação.

§ 2º Findo o discurso, o Presidente concederá a palavra aos Deputados, ou aos membros da Comissão, respeitada a ordem de inscrição, para, no prazo de três minutos, cada um, formular suas considerações ou pedidos de esclarecimentos, dispondo o Ministro do mesmo tempo para a resposta.

§ 3º Serão permitidas a réplica e tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

Art. 223. Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com o art. 50, caput, da Constituição Federal, o Presidente da Câmara promoverá a instauração do procedimento legal cabível

(...)

TÍTULO VIII

DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

CAPÍTULO III

DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 255. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos

de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.

Art. 256. Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.

§ 1º Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

§ 3º Caso o expositor se desvie do assunto, ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§ 4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§ 5º Os Deputados inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Art. 257. Não poderão ser convidados a depor em reunião de audiência pública os membros de representação diplomática estrangeira.

Art. 258. Da reunião de audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópias aos interessados.

ANEXO 2 – QUADRO: DIVISÃO DE SOCIEDADE POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL NA CDMH 2013

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	SOCIEDADE POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL
Audiência Pública com a participação da Comissão de Seguridade Social e Família, 20/3/2013	Deputado Henrique Afonso (PV - AC), Deputada Rosinha (PTdoB - AL) Aldo Zainen, Assessor da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Drogas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde	Juberty Antônio de Souza, Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria.
“Contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro da Purificação no Estado da Bahia”, 27/3/2013	Deputado Roberto de Lucena (PV – SP) Deputado Pastor Eurico (PSB – PE), Letícia Reis de Carvalho, Diretora de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente Guilherme Franco Netto, Diretor do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, Sílvia Carlos Andrade da Silva, Auditor Fiscal do Trabalho - Médico do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.	Leandro de Almeida Vargas, Procurador Geral de Santo Amaro da Purificação - BA; Adailson Pereira Moura, Presidente da Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cadmio, Mercúrio e Outros Elementos Químicos
“A ação da polícia federal <i>na área indígena Munduruku</i> ” 17/4/2013	Deputado Pastor Eurico (PSB – PE)	Natã Munduruku, Cacique da aldeia Teles Pires; Verônica Tavares, Assessora Especial do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e Felipe Almeida Bogado Leite, Procurador da República em Santarém, Procurador da República Fernando Antônio Alves de Oliveira Júnior.
Política de Saúde Indígena 24/4/2013	Deputado Henrique Afonso (PV - AC)	Edmundo Dzuaiwi Omoré - Conselheiro Indígena do Conselho Nacional de Saúde Indígena; e Bushe Matis - Indígena universitário do Vale do Javari - AM.
Dia Nacional do Perdão 6/6/2013	Deputada Keiko Ota (PSB – SP)	Dr. José Carlos de Lucca, Juiz do Juizado Especial Cível e Membro

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	SOCIEDADE POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL
	Vereador Masataka Ota, da cidade de São Paulo	do 5º Colégio Recursal da Comarca de São Paulo; Prof. Carlos Alberto da Silva, Presidente Nacional da Associação dos Jovens da Seicho No Ie do Brasil; e Sr. Geraldo Capetti Sobrinho, Vice-Presidente da Federação Espírita Brasileira.
“Debater as ações, as propostas da iniciativa privada e as políticas públicas para a valorização e proteção da família”, 12/6/2013	Deputado Costa Ferreira (PSC – MA) Deputada Keiko Ota (PSB – SP) – Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência.	Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, Procurador da República no Distrito Federal; Paulo Tominaga, Presidente da Confederação Nacional de Entidades de Família – CNEF; Guilherme Schelb, Procurador Regional da República e Coordenador do Programa Proteger – Combate à Violência e Criminalidade
“Debater a situação do Programa Brasil Quilombola” 19/6/2013	Deputado Anderson Ferreira. (PR – PE) Aurélio Pavão de Farias, Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia do Ministério de Minas e Energia – Programa Luz para Todos.	Bárbara Oliveira Souza, Diretora de Programas da Secretaria de Políticas para comunidades Tradicionais – SEPPPIR; Edmilton Cerqueira, Coordenador Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário; José Antônio Ventura, representante da Associação dos Remanescentes dos Quilombos das Famílias Oliveira e Ventura – ARQOV; Humberto Adami Santos Júnior, Presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – IARA; Damião Braga Soares dos Santos, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas; Alexandre Reis, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares.
O problema da erotização das crianças através de imagens, de músicas nos meios de comunicações, cartilhas educativas e demais exposições 25/6/2013	Deputado Pastor Eurico (PSB – PE), Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)	Guilherme Schelb, Procurador Regional da República e Coordenador do Programa Proteger; Damares Regina Alves, Advogada, Educadora e Coordenadora do Projeto Educacional do Programa Proteger; e Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	SOCIEDADE POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL
A situação do Sistema Socioeducativo para Menores Infratores 03/7/2013	Deputada Liliam Sá (PR – RJ); Cláudio Augusto Vieira da Silva, Coordenador-Geral do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SINASE; Patrick Mariano Gomes, Coordenador-Geral de Análise de Processo Legislativo da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.	Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Membro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ; e Carlos Martheo Cruzoé Guanaes Gomes, Membro Auxiliar da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.
A Violação dos direitos humanos do nascituro 10/7/2013	Deputado Henrique Afonso (PV - AC) Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) Deputado João Campos (PSDB – GO)	Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior
“Violação dos direitos humanos pela Ordem dos Advogados do Brasil” 13/8/2013	Deputado Dr. Grilo. (PSL – MG)	Reynaldo Arantes, Presidente da Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil; Oswaldo Ribeiro Junior, Assessor Jurídico do Conselho Federal da OAB; André Souza, Presidente da Organização Brasileira dos Juristas; Thiago Vilar do Lóes Moreira, Representante da FGV; Carlos Otávio Schneider, Vice-Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Brasil; César Bitencourt, Advogado; Reginaldo Nunes Barbosa, Advogado; e Antônio Gilberto da Silva.
Esclarecer as acusações de tortura, maus tratos e violência de servidores contra o reeducando Wesley Ferreira da Silva 04/9/2013	Deputada Antônia Lúcia (PSC – AC)	Marlene Rosa, representando o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional; Joana d'Arc Valente Santana, advogada Presidente da Organização Universalista dos Direitos Humanos do Acre; e Valdecir Nicácio Lima, Ouvidor do Sistema Integrado de Segurança Pública do Acre e Presidente do Conselho Penitenciário.
A situação dos médicos cubanos no Brasil e a suposta	Deputado Dr. Grilo (PSL – MG),	Roberto Luiz D'Avila, Presidente do Conselho Federal de Medicina;

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	SOCIEDADE POLÍTICA	SOCIEDADE CIVIL
<p>violação dos seus Direitos Humanos no programa governamental “Mais Médicos” 02/10/2013</p>	<p>Deputado Marcos Rogério (DEM – RO); José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE, representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República</p>	<p>Jorge Darze, Representante da Federação Nacional dos Médicos; e Luis Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho</p>
<p>debater o assédio moral e o abuso de autoridade nas relações de trabalho do serviço público federal 09/10/2013</p>	<p>Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)</p>	<p>Sérgio Ronaldo da Silva, Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF); Dagoberto da Silva Lemos, Diretor de Defesa Profissional do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO); Leilane Ribeiro de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (SINPECPF); Alexey Van Der Broocke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (SINDITAMARATY); Hélio Saraiva Franca, Corregedor Auxiliar da Corregedoria da Advocacia Geral da União; e Adriane Reis de Araújo, Procuradora Regional do Trabalho.</p>
<p>“Discutir o aborto” 04/12/2013</p>	<p>Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), Deputado Jair Bolsonaro (PP – RJ), Deputado João Campos (PSDB – GO), Deputado Arolde de Oliveira (DEM – RJ) Deputada Antonia Lúcia (PSC – AC), Deputada Liliam Sá (PR – RJ).</p>	<p>HERMES RODRIGUES NERY - Coordenador da Comissão Diocesana em Defesa da Vida da Diocese de Taubaté - SP. THEREZA DE LAMARE FRANCO NETTO - Diretora Substituta do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. ; Damares Regina Alves, Advogada, Educadora e Coordenadora do Projeto Educacional do Programa Proteger.</p>

ANEXO 3 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA CDMH EM 2013, DESCRITAS NO RELATÓRIO ANUAL

Audiência Pública com a participação da Comissão de Seguridade Social e Família, realizada em 20/3/2013

A Audiência Pública foi realizada em atendimento aos Requerimentos 2/2013-CDHM, e 293/2013-CSSF, ambos de autoria do Deputado Henrique Afonso, para debater o tema dos “*Desafios para garantia de direitos na atenção psicossocial aos portadores de transtorno mental*”.

A reunião foi presidida pelo Deputado Henrique Afonso e pela Deputada Rosinha, e teve a participação dos senhores: Aldo Zainden, Assessor da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e Drogas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; e Juberty Antônio de Souza, Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Dados do Ministério da Saúde indicam que pelo menos 12% da população brasileira necessita de atendimentos na área da saúde mental e 3% da população sofre de transtornos mentais severos e persistentes. A legislação privilegia a assistência em saúde mental com serviços de base comunitária, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em substituição aos manicômios. A Audiência Pública proporcionou um debate sobre o atendimento dos direitos fundamentais das pessoas com transtorno mental, além das lacunas e desafios para a garantia desses direitos.

Audiência Pública realizada em 27/3/2013

A Audiência Pública foi realizada a fim de debater a situação da “*Contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro da Purificação no Estado da Bahia*”, objeto do Requerimento 3/2013, do deputado Roberto de Lucena.

Há 40 anos, a população de Santo Amaro da Purificação/BA tem sofrido as consequências da poluição e contaminação por chumbo e cádmio em nível endêmico. A contaminação foi causada pela Companhia Brasileira de Chumbo – COBRAC, que contaminou o município com cerca de 300 mil toneladas de escória (mistura de terra com alta concentração de chumbo).

Entre os prejuízos para a saúde da população, destaca-se a doença chamada saturnismo, que provoca fortes dores, aborto, má formação fetal, impotência sexual e paralisia. Também foram identificados casos de anemia, câncer lesões renais, hipertensão arterial, doenças cerebrais e psicomotoras associados à contaminação.

A Mesa foi composta pelos senhores: Letícia Reis de Carvalho, Diretora de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Guilherme Franco Netto, Diretor do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; Sílvio Carlos Andrade da Silva, Auditor Fiscal do Trabalho - Médico do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; Leandro de Almeida Vargas, Procurador Geral de Santo Amaro da Purificação - BA; Adailson Pereira Moura, Presidente da Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cadmio, Mercúrio e Outros Elementos Químicos. O deputado Pastor Eurico apresentou requerimento propondo a criação de grupo de trabalho para acompanhar os fatos na cidade de Santo Amaro e para proporcionar discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sobre a contaminação por metais. O requerimento foi aprovado.

Audiência Pública realizada em 17/4/2013

Em atendimento ao Requerimento nº 21/2013, do Deputado Pastor Eurico, foi realizada audiência pública destinada a debater a *“Ação da Polícia Federal na área indígena Munduruku”*.

Foi exibido vídeo mostrando o momento da ação da Polícia Federal na área indígena Munduruku em novembro de 2012, expondo o histórico dos recentes conflitos indígenas na defesa de suas terras. A ação policial cumpriria determinação judicial para destruir balsas usadas na extração de ouro em Mato Grosso. Segundo os relatos, os policiais federais entraram na aldeia Mundukuru atirando e deixaram seis índios gravemente feridos e um morto.

Compuseram a mesa nesta audiência: Natã Munduruku, Cacique da aldeia Teles Pires; Verônica Tavares, Assessora Especial do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e Felipe Almeida Bogado Leite, Procurador da República em Santarém. Também esteve presente o Procurador da República Fernando Antônio Alves de Oliveira Júnior.

O Deputado Pastor Eurico propôs a criação de um grupo de trabalho para acompanhar as ações da Polícia Federal, junto ao Ministério Público, em terras indígenas.

Audiência Pública realizada em 24/4/2013

A Audiência Pública foi destinada a tratar da *Política de Saúde Indígena*, objeto do Requerimento nº 14/2013, do Deputado Henrique Afonso. A Audiência teve por objetivo discutir problemas como a falta de estrutura dos postos de saúde, a falta de medicamentos, a

dificuldade de deslocamento e o saneamento básico, entre outros fatores que afetam a saúde indígena.

A mesa foi composta pelos senhores Edmundo Dzuaiwi Omoré - Conselheiro Indígena do Conselho Nacional de Saúde Indígena; e Bushe Matis - Indígena universitário do Vale do Javari - AM.

Houve a exibição do vídeo da campanha “Eu me importo” e os convidados fizeram suas exposições.

Audiência Pública realizada em 6/6/2013

Audiência Pública foi destinada a instituir o *Dia Nacional do Perdão*, objeto do Requerimento nº 37/2013 da Deputada Keiko Ota. A Deputada declara que o perdão proporciona sensação de paz a quem foi prejudicado, descaracteriza o sentimento de vingança e inibe a geração de mais violência.

Foram convidados e participaram dos debates os senhores: Dr. José Carlos de Lucca, Juiz do Juizado Especial Cível e Membro do 5º Colégio Recursal da Comarca de São Paulo; Prof. Carlos Alberto da Silva, Presidente Nacional da Associação dos Jovens da Seicho No Ie do Brasil; e Sr. Geraldo Capetti Sobrinho, Vice-Presidente da Federação Espírita Brasileira. Também esteve presente o Vereador Masataka Ota, da cidade de São Paulo.

Foi exibido um vídeo referente ao sequestro e morte do menino Ives Ota, filho da Deputada Keiko Ota e do Vereador Masataka Ota. Na sequência, a Deputada Keiko Ota ressaltou que sem o perdão não existem justiça, paz, fé e saúde.

Audiência Pública realizada em 19/6/2013

A Audiência Pública foi destinada a “Debater a situação do Programa Brasil Quilombola”, objeto do Requerimento nº 46/2013, do Deputado Anderson Ferreira.

O Presidente convidou para compor a Mesa: Bárbara Oliveira Souza, Diretora de Programas da Secretaria de Políticas para comunidades Tradicionais – SEPPPIR; Edmilton Cerqueira, Coordenador Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário; José Antônio Ventura, representante da Associação dos Remanescentes dos Quilombos das Famílias Oliveira e Ventura – ARQOV; Humberto Adami Santos Júnior, Presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – IARA; Damião Braga Soares dos Santos, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas; Alexandro Reis, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-

Brasileiro da Fundação Palmares; e Aurélio Pavão de Farias, Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia do Ministério de Minas e Energia – Programa Luz para Todos.

Na audiência, foi sugerida a ampliação das bases dos programas para acompanhamento orçamentário do programa, a análise fidedigna das ações, a promoção da cultura. Mencionou-se a falta de proteção às terras que pertenciam aos negros. Além disso, a falou-se sobre a dificuldade do povo Quilombola em acessar as políticas públicas do Programa Brasil Quilombola e foi requerida a realização de auditoria sobre a execução operacional no Programa Brasil Quilombola. Também foram enfatizadas a importância do acesso à educação para população quilombola, a valorização das minorias e os direitos daqueles que possuem necessidades especiais.

Audiência Pública realizada em 13/8/2013

Realizou-se Audiência Pública destinada ao debate da “*Violação dos direitos humanos pela Ordem dos Advogados do Brasil*”, objeto do Requerimento nº 62/2013, do Deputado Dr. Grilo.

A mesa foi composta pelos senhores: Reynaldo Arantes, Presidente da Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil; Oswaldo Ribeiro Junior, Assessor Jurídico do Conselho Federal da OAB; André Souza, Presidente da Organização Brasileira dos Juristas; Thiago Vilar do Lóes Moreira, Representante da FGV; Carlos Otávio Schneider, Vice-Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis de Direito do Brasil; César Bitencourt, Advogado; Reginaldo Nunes Barbosa, Advogado; e Antônio Gilberto da Silva.

Houve um apelo para que os convidados contribuíssem para reformulação do exame da OAB e manifestações pela preservação da autonomia e independência da banca examinadora. Discutiu-se sobre a necessidade de reforma na legislação que regulamenta as atribuições da OAB, a inexistência de instituição pública que fiscalize a OAB, a competência da Ordem para aferir os conhecimentos dos bacharéis e foram apontadas incoerências encontradas na última prova do exame da OAB.

Audiência Pública realizada em 4/9/2013

A Audiência Pública foi destinada a esclarecer as acusações de tortura, maus tratos e violência de servidores contra o reeducando Wesley Ferreira da Silva, objeto do Requerimento nº 56/2013, da Deputada Antônia Lúcia.

Compareceram à Audiência, na condição de expositores, os senhores: Marlene Rosa, representando o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional; Joana d'Arc Valente Santana, advogada Presidente da Organização Universalista dos Direitos Humanos do Acre; e Valdecir Nicácio Lima, Ouvidor do Sistema Integrado de Segurança Pública do Acre e Presidente do Conselho Penitenciário.

As agressões sofridas pelo reeducando o deixaram cego e tetraplégico e têm sido investigadas em processo administrativo. A defesa dos direitos humanos e o respeito à dignidade do Wesley devem ser preservadas independente de sua vida pregressa.

Muitas das autoridades convidadas para o esclarecimento do caso não compareceram à audiência. Sites da internet informam que o reeducando ficou cego e tetraplégico após ser torturado por seis agentes penitenciários do presídio federal de segurança máxima Antônio Amaro Alves.

Audiência Pública realizada em 2/10/2013

A situação dos médicos cubanos no Brasil e a suposta violação dos seus Direitos Humanos no programa governamental “Mais Médicos” foi tema de Audiência Pública realizada nesta Comissão no dia 02/10/2013. A audiência atendeu aos requerimentos nº 66/2013, do Deputado Dr. Grilo e nº 67/2013, do Deputado Marcos Rogério. O objetivo do debate foi discutir se o regime de contratação dos médicos cubanos está de acordo com a legislação trabalhista do país, sobre a remuneração dos médicos, o desnível salarial e a precarização do vínculo empregatício.

Compareceram como expositores: José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE, representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Roberto Luiz D'Avila, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Jorge Darze, Representante da Federação Nacional dos Médicos; e Luis Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho

Afirmou-se que eventuais irregularidades nas atuações dos médicos cubanos serão encaminhadas ao Poder Judiciário. Destacou-se que o Conselho Federal de Medicina não poderá fiscalizar a atuação desses médicos porque eles não são jurisdicionados. Também foi apontado que estão acontecendo violações dos direitos humanos dos médicos cubanos porque eles são tratados de forma diferente dos brasileiros, seus salários são mais baixos e há limitações ao seu direito de ir e vir.

Audiência Pública realizada em 9/10/2013

A CDHM promoveu Audiência Pública para debater o assédio moral e o abuso de autoridade nas relações de trabalho do serviço público federal. Compareceram como debatedores os senhores: Sérgio Ronaldo da Silva, Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF); Dagoberto da Silva Lemos, Diretor de Defesa Profissional do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO); Leilane Ribeiro de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (SINPECPF); Alexey Van Der Broocke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (SINDITAMARATY); Hélio Saraiva Franca, Corregedor Auxiliar da Corregedoria da Advocacia Geral da União; e Adriane Reis de Araújo, Procuradora Regional do Trabalho.

Destacou-se que inúmeras denúncias de assédio moral e abuso de autoridade nos diversos setores da administração pública são recebidas na CDHM e tratadas com a devida atenção.

ANEXO 4 – GRUPO DE TRABALHO COM PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Além das audiências Públicas aconteceu na comissão outro evento que contou com a participação da sociedade civil, o qual cabe aqui uma apresentação deste:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM da Câmara dos Deputados - CD, atendendo ao pleito das vítimas, em Audiência Pública realizada em 27/3/2013, decidiu criar, em 3/4/2013, o Grupo de Trabalho - GT 28 - Chumbo, que teve como objetivo diagnosticar e propor soluções para a grave situação enfrentada há décadas por esses milhares de brasileiros.

O GT Chumbo, no âmbito da CDHM, funcionou sob a Relatoria do Deputado Federal Roberto de Lucena (PV/SP), e contou com a colaboração de Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados, de membros do Ministério Público Federal, Estadual e do Trabalho, e da Prefeitura Municipal de Santo Amaro, BA, especialmente por sua Procuradoria-Geral e pelas Secretarias de Saúde e de Meio Ambiente.

O Grupo de Trabalho recebeu apoio de vários setores da sociedade civil organizada, de organizações sindicais, de associações de vítimas de contaminação por metais pesados, de pesquisadores e de órgãos públicos dos vários níveis de governo, com atuação nas áreas de promoção da saúde, proteção do meio ambiente, reinvidicação de direitos trabalhistas e defesa dos direitos humanos.

Desde o início dos trabalhos do GT, evidenciou-se que a gravidade da situação presente em Santo Amaro extrapolava qualquer possível análise simplista prévia. Os danos causados pela atividade mineradora naquela região respeitam aos mais diversos âmbitos, e ainda se multiplicam nos dias atuais. Ainda hoje, crianças continuam nascendo já vítimas da contaminação, com graves anomalias, inclusive incompatíveis com a vida.

Além disso, a questão trabalhista também permanece em suspenso. Alguns dos acordos firmados com antigos trabalhadores da empresa mostram-se ultrajantes.

A questão que talvez se configure mais grave é o grande passivo ambiental, de proporções inimagináveis. Dados apontam que existem cerca de seis milhões de toneladas de escória de chumbo espalhada por toda a cidade, o que perpetua a contaminação tanto das pessoas quanto do ambiente.

ANEXO 5 – DIRETRIZ 10: GARANTIA DA IGUALDADE NA DIVERSIDADE

Objetivo estratégico I:

Afirmação da diversidade para construção de uma sociedade igualitária.

Ações programáticas:

- a) Realizar campanhas e ações educativas para desconstrução de estereótipos relacionados com diferenças étnico-raciais, etárias, de identidade e orientação sexual, de pessoas com deficiência, ou segmentos profissionais socialmente discriminados.

Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Ministério da Cultura

- b) Incentivar e promover a realização de atividades de valorização da cultura das comunidades tradicionais, entre elas ribeirinhos, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, seringueiros, geraizeiros, varzanteiros, pantaneiros, comunidades de fundo de pasto, caiçaras e faxinalenses.

Responsáveis: Ministério da Cultura; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Esporte

- c) Fomentar a formação e capacitação em Direitos Humanos, como meio de resgatar a autoestima e a dignidade das comunidades tradicionais, rurais e urbanas.

Responsáveis: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ministério da Justiça; Ministério da Cultura

- d) Apoiar políticas de acesso a direitos para a população cigana, valorizando seus conhecimentos e cultura.

Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- e) Apoiar e valorizar a associação das mulheres quebradeiras de coco, protegendo e promovendo a continuidade de seu trabalho extrativista.

Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- f) Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento das políticas direcionadas às populações e comunidades tradicionais, que contenham, entre outras, informações sobre

população estimada, assistência integrada à saúde, número de violações registradas e apuradas, recorrência de violações, lideranças ameaçadas, dados sobre acesso à moradia, terra e território e conflitos existentes.

Responsáveis: Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

**ANEXO 6 – 47 ENTIDADES COBRAM GOVERNO FEDERAL SOBRE FELICIANO
NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS: NOTA E ENTIDADES
DA SOCIEDADE CIVIL**

As organizações abaixo assinadas vêm, publicamente, requerer um posicionamento da Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR) quanto à eleição do Dep. Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal.

Com surpresa, temos acompanhado a falta de empenho político da SDH/PR, quanto a um fato que coloca em risco a garantia dos direitos humanos no país. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara sempre foi uma instituição parceira dos movimentos sociais e da própria SDH/PR na promoção dos direitos humanos. Até o momento, não tomamos conhecimento de nenhum posicionamento oficial da pasta sobre a presidência da Comissão ser ocupada por um deputado declaradamente racista e homofóbico. Além disso, também não há nenhuma manifestação ou ação tomada pela SDH/PR quanto às movimentações da Bancada Evangélica na Câmara, capitaneada pelo Partido Social Cristão (PSC), com o objetivo de monopolizar a CDHM com uma explícita agenda de retrocesso de direitos. Isso nos leva a questionar qual o posicionamento da Presidência da República e do Governo Federal no que diz respeito à questão.

Lamentavelmente, esta atitude, que remete a uma omissão da Secretaria de Direitos Humanos e do Governo Federal, ocorre desde o início da atual gestão, quando foram desmobilizados todos os esforços dos movimentos de direitos humanos para a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos 3, o PNDH3, publicado por meio do Decreto nº 7037 de 21/12/2009. A atual gestão da Secretaria desconstituiu o Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento do programa, previsto no Decreto, e publicamente afirmou que o PNDH traria uma “imagem negativa” para o governo.

A Secretaria de Direitos Humanos tem como missão institucional a defesa e garantia dos Direitos Humanos, especialmente de grupos historicamente discriminados e em situação de vulnerabilidade. É estarrecedora a falta de posicionamento público do Ministério também quanto a outras ações do Governo Federal, como o retrocesso da política de combate à homofobia nas escolas; à internação compulsória de usuários de crack e outras drogas e ao financiamento de comunidades religiosas terapêuticas. A SDH deveria questionar interna e publicamente medidas do próprio governo que retrocedem na garantia dos direitos humanos e fortalecem o fundamentalismo religioso, em uma clara violação da laicidade do Estado. Essas

omissões contradizem os discursos emitidos pela Presidenta da República que, internacionalmente, defende a universalidade dos direitos humanos.

Diante dessas questões e tendo em vista que a SDH é o Ministério responsável por garantir a perspectiva de Direitos Humanos estabelecida pelo Governo Federal, requeremos posicionamento deste Ministério e da presidenta Dilma sobre a recente usurpação da CDHM por interesses privados contrários a efetivação dos direitos e sobre os recentes recuos na agenda dos direitos humanos no Brasil, em razão de alianças e pressões de setores religiosos conservadores.

Atenciosamente,

1. ABECIPSI – Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia
2. ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
3. ABOP – Associação Brasileira de Orientação Profissional
4. ABPD – Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento
5. ABPJ – Associação Brasileira de Psicologia Jurídica
6. ABPP – Associação Brasileira de Psicologia Política
7. ABPSA – Associação Brasileira de Psicologia da Saúde
8. ABRANEP – Associação Brasileira de Neuropsicologia
9. ABRAP – Associação Brasileira de Psicoterapia
10. ABRAPEDE – Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres
11. ABRAPÉE – Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
12. ABRAPESP – Associação Brasileira de Psicologia do Esporte
13. ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social
14. ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
15. AMNB – Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
16. AMB – Articulação de de Mulheres Brasileiras
17. ASBRo – Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos
18. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT
19. CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
20. CFP – Conselho Federal de Psicologia
21. Conectas
22. CONEP – Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia
23. Conselho Federal de Psicologia

24. Conselho Indigenista Missionário
25. Crioula
26. FENAPSI – Federação Nacional dos Psicólogos
27. FLAAB – FEDERAÇÃO LATINO AMERICANA DE ANÁLISE BIOENERGÉTICA
28. Fórum Cearense de Mulheres
29. IBAP – Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica
30. Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC
31. Instituto Negra do Ceará.
32. JusDh – Articulação Justiça e Direitos Humanos
33. Justiça Global
34. MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
35. Plataforma Dhesca Brasil – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
36. Rede Feminista de Saúde
37. Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação
38. Relatoria Nacional do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação
39. Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente
40. Relatoria Nacional do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva
41. SBPH – Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar
42. SBPOT – Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho
43. SOBRAPA – Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura
44. Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
45. Sociedade Paraense de Direitos Humanos – SDDH
46. Tambores de Safo
47. Terra de Direitos